

INTRODUÇÃO*

Marcelo Neri**
Fabio Schiavinatto***

Este livro sistematiza um conjunto amplo de informações sobre a percepção da população quanto a uma miríade de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro. As ações analisadas cobrem áreas diversas, como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais, como valores e democracia, comunicação, formação da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e prioridades de políticas públicas da população.

Esta publicação abrange pesquisas de campo realizadas entre 2011 e 2013, com ênfase nos dois primeiros anos; os últimos levantamentos realizados serão objeto de publicação futura semelhante. As informações aqui reunidas foram, na sua maior parte, originadas de pesquisas de campo implementadas pelo Ipea a partir do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Uma inovação neste estudo foi incorporar perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto destas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais. Neste aspecto, o Ipea foi premiado em 2013 pela Organização das Nações Unidas (ONU) por ter dado a principal contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa *Meu mundo* (*My world*). A pesquisa identifica as prioridades de políticas da população com vistas à definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para o período após 2015, quando se encerra o prazo dos objetivos atuais. Os primeiros resultados da pesquisa *Meu mundo* integram este volume.

* Os autores gostariam de agradecer as sugestões de Marina Nery, Raísa Rabelo, Tiago Bonomo e Rodrigo Ramiro.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

O SIPS oferece uma nova fonte de dados primários que contribui para o aprimoramento de estudos e pesquisas voltados para a formulação e a avaliação de políticas públicas. Esta nova experiência de realizar pesquisas de campo e produzir dados primários amplia as perspectivas do instituto para o desenvolvimento dos seus trabalhos e vem consolidando-se junto ao seu corpo técnico, permitindo a exploração de outras dimensões do conhecimento relacionadas a como as pessoas enxergam as políticas públicas. O Ipea deve ocupar, no Estado brasileiro, um lugar crescente na avaliação das percepções da população quanto às ações do próprio Estado.

O projeto SIPS tem como objetivo principal apresentar um painel de indicadores sociais para subsidiar reflexões e ações do Estado e da sociedade. As pesquisas realizadas permitem verificar como a população percebe os diferentes serviços de utilidade pública postos à sua disposição pelo Estado, incluindo motivações de uso, dificuldades de acesso e grau de importância atribuído a cada um deles. Desta forma, o SIPS fornece subsídios ao Estado para compreender melhor e atuar de maneira mais efetiva no atendimento às demandas dos cidadãos, bem como viabiliza instrumentos à sociedade para cobrar dos seus governantes ações mais aderentes às suas necessidades e anseios.

As primeiras pesquisas do SIPS, publicadas em 2011, investigaram diversos temas, como justiça, segurança pública, serviços para mulheres e de cuidado de crianças, saúde, educação, cultura, mobilidade urbana, bancos, e trabalho e renda.

Nesta coletânea de trabalhos do SIPS, alguns destes temas reaparecem – segurança pública, mobilidade urbana e educação, além de trabalho e renda. A eles se juntaram novos temas, sendo um deles a defesa nacional, tratada neste livro de forma inédita no Brasil. Esta edição também trata de percepção sobre pobreza, valores e estrutura social, e mídia e comunicação, além de temas mais gerais como formação da felicidade e definição das prioridades de políticas públicas por parte da população.

Destaca-se na preparação deste volume o estabelecimento de parcerias institucionais com diversas pastas e órgãos governamentais, entre os quais se incluem algumas secretarias de governo ligadas à Presidência da República. Estas pesquisas desenvolvidas em articulações institucionais sob a coordenação do Ipea fortalecem o instituto e qualificam os debates sobre

as políticas públicas, ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade do Ipea de contribuir para o desenvolvimento destas.

O projeto SIPS encontra-se em plena execução, contando com a inclusão de novos temas e também novos enfoques de outros investigados anteriormente. Recentemente, foi constituído no âmbito do Ipea um grupo de trabalho para aprimorar o desenho amostral das pesquisas de campo aplicadas pelo instituto.

O projeto envolve equipes de técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea das diversas diretorias e da presidência da instituição. Em alguns casos, conta com a participação de gestores de órgãos governamentais responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas públicas ligadas às áreas em análise.

PLANO DO LIVRO

O livro contém esta introdução, uma conclusão e mais doze capítulos temáticos divididos em duas partes. A primeira parte trata de temas relacionados a políticas específicas abordadas pelos respectivos SIPS entre 2011 e 2013 e a segunda parte trata de temas transversais aplicáveis de forma comum a um conjunto amplo de políticas públicas.

Os dois capítulos iniciais derivam de uma mesma pesquisa, elaborada pela Coordenação de Estudos sobre Trabalho e Renda do Ipea. No capítulo 1, aborda-se a percepção dos trabalhadores acerca dos processos de intensidade do trabalho a que são submetidos. São analisados, entre outros aspectos, a relação do trabalhador com a atividade exercida, a jornada de trabalho, a exigência de capacidades, a intensidade do trabalho e os níveis de cobrança.

O capítulo 2 trata da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, segundo a percepção dos trabalhadores, e suas influências no cotidiano. Alguns elementos desta relação foram analisados, como a conectividade do trabalhador com o trabalho mesmo em gozo de seu tempo livre, as atividades regulares fora do trabalho e o tempo despendido para executá-las, o sentimento ao ter seu tempo livre usado para realizar atividades típicas do seu trabalho, a intenção de mudar de trabalho em decorrência da sua intensidade e do tempo exigido, e a percepção dos trabalhadores sobre a legislação que regula a jornada de trabalho.

O capítulo 3 tem como tema a educação pública no Brasil e discute questões que permeiam o atual debate nacional neste campo. Entre estas, são avaliados a ampliação da educação infantil, os métodos para a seleção dos diretores de escolas públicas, a ampliação do número de horas de aula, a implantação de turno integral, as cotas para negros e indígenas no ensino superior e o ensino religioso nas escolas. A pesquisa também procura captar o nível de confiança da população sobre o ensino superior a distância e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além da satisfação pessoal em relação ao seu próprio estágio educacional. Ainda investiga, de forma geral, a percepção da população sobre a situação atual da educação e sua evolução recente e, por fim, busca traçar um comparativo desta percepção, em níveis gerais e nacionais, com a realidade existente localmente no próprio município.

O capítulo 4 aprofunda os estudos na área de pobreza, considerando como a população percebe este problema. A pesquisa procura identificar e avaliar, sempre pela ótica da população, as principais causas e efeitos da pobreza, seu comportamento e as alternativas para diminuí-la.

Mobilidade urbana é o tema tratado no capítulo 5. Essa questão já havia sido pesquisada pelo SIPS e, agora repetida, atualiza dados e traz novos enfoques. O estudo discute o atual contexto da mobilidade no país, apresenta a caracterização geral da população – por meio da identificação do transporte mais usado – e analisa a percepção da população sobre a cidade e o transporte público, em particular sobre a sua qualidade e segurança. Mede ainda a percepção das pessoas em relação ao tempo de deslocamento nos diversos meios de transporte, avalia as dificuldades apontadas para a realização das viagens e, finalmente, analisa a percepção geral da população em relação aos problemas relacionados ao transporte urbano.

O capítulo 6 debate temas relacionados à segurança pública. Este também dá continuidade a outra pesquisa realizada no âmbito do SIPS em 2010 e aprofunda as análises sobre a confiança da população nas polícias e nos serviços policiais postos à sua disposição. O problema colocado como central pelo estudo é identificar os determinantes que configuram uma relação de confiança da população na polícia e para a tomada da decisão de chamá-la ou não.

O capítulo 7 inova a pauta de estudos e apresenta a mais atual pesquisa sobre defesa nacional desenvolvida no Brasil, tema estudado regularmente

em países desenvolvidos, mas que não encontrava muita ressonância no país. Diante deste cenário, o Ipea, por meio de sua Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), oferece um panorama sobre a percepção da população a respeito de diversos aspectos pertinentes à defesa nacional, tais como ameaças, papel das Forças Armadas e poder militar do Brasil.

Os capítulos seguintes, que integram a segunda parte do livro, tratam de temas transversais pertinentes a diversos tipos de políticas. O capítulo 8 trata de valores e estrutura social no Brasil. Nele, são mostrados os principais resultados da pesquisa e as análises correspondentes, que incluem elementos políticos, econômicos e sociais. As discussões se iniciam pela própria questão da democracia, chave para a compreensão das transformações que se deram e ainda se dão, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980. Examinam-se a participação política da sociedade, a capacidade de influenciar governos, o voto, as desigualdades sociais, a autopercepção de classe e as lutas por direitos de minorias.

O capítulo 9 apresenta informações e análises sobre aspectos de mídia e comunicação sob o ponto de vista das políticas públicas para o setor. Estes aspectos são analisados segundo as dimensões do acesso à informação, da percepção da população sobre a confiabilidade dos meios de comunicação e do seu poder de influência na formação da opinião das pessoas. Em especial, dois dos principais canais de comunicação são estudados em uma profundidade maior: a televisão e o rádio.

Os capítulos anteriores buscam analisar o conjunto de resultados das pesquisas geradas. Por sua vez, os três capítulos seguintes se dedicam a explorar perguntas específicas de interesse incorporadas ao SIPS a partir de questionários internacionais. O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, inicialmente comparando a relação observada no Brasil com a de outros países. Mede-se a contribuição específica da renda *versus* outros indicadores como expectativa de vida e educação, tal como medidos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a satisfação com a vida presente. Depois, avalia-se a magnitude desta relação no Brasil. Realiza-se teste usando como instrumento a variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo. Este resultado, tomado a valor de face, indicaria potenciais

impactos de políticas de redistribuição de renda aos mais pobres sobre a felicidade agregada da nação.

O capítulo 11 objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população, tratados na parte inicial do livro, em um indicador subjetivo sintético. O Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P) proposto no capítulo fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Inicialmente, fornece-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial por intermédio do questionário da pesquisa *Meu mundo* da ONU. O exercício destaca a importância nos dois universos das dimensões saúde, educação e renda, que integram a abordagem do desenvolvimento humano da ONU. A parte central do capítulo constrói um IDH-P para o Brasil e para as três Américas a partir dos tradicionais componentes do IDH em suas versões subjetivas, presentes nos dados do Gallup World Poll de 2007 para os países da América Latina e Caribe. Propõe ainda introduzir uma quarta dimensão ligada a percepções sobre as condições de trabalho. Em seguida estuda como as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, trabalho e saúde estão relacionadas com os seus homólogos objetivos. Analisa também como a satisfação com a vida é estabelecida, medindo a importância relativa atribuída à renda em comparação à saúde e à educação, todas encaradas de modo subjetivo. Usa ainda medidas de felicidade para avaliar se os pesos relativos atribuídos a renda, saúde e educação no IDH (um terço para cada componente) refletem seus impactos sobre a satisfação com a vida. Estes exercícios fornecem informações úteis para entender o mecanismo de transmissão das políticas sociais na percepção dos seus beneficiários. Por fim, é gerado um *ranking* mundial do IDH-P com base nos dados internacionais do Gallup World Poll 2006.

A partir de dados de expectativa de satisfação futura com a vida, o capítulo 12 propõe uma interpretação sobre a natureza de problemas recorrentes no caso brasileiro e sobre a agenda prospectiva de políticas públicas no país. Mais uma vez, o caráter internacional das perguntas incorporadas no questionário do SIPS permite diferenciar a visão brasileira daquela do resto do mundo. Exploram-se duas questões no contexto brasileiro. O primeiro é a existência de um alto otimismo de cada brasileiro em relação ao seu futuro. Este elemento foi captado por

uma alta expectativa de satisfação individual com a vida para os próximos cinco anos. Este dado forneceria pistas relativas a problemas derivados da atitude individual do brasileiro perante o tempo vidual, como a baixa taxa de poupança doméstica e a alta taxa de juros aqui vigentes. O segundo aspecto abordado se refere à baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância entre a visão de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este elemento seria consistente com a maior importância assumida historicamente no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas, como inflação, desigualdade, informalidade, criminalidade, corrupção e problemas ambientais, entre outros. O aspecto comum destes problemas é que eles tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. O capítulo tenta elaborar, a partir destes dois elementos, como a nova agenda de transformações e, portanto, de políticas públicas, se coloca hoje no país.

O último capítulo destaca os principais resultados apresentados em cada capítulo do livro, traçando algumas ligações e ressaltando pontos comuns entre eles.

METODOLOGIA

O SIPS manteve sua característica de pesquisa quantitativa do tipo *survey*, aplicada presencialmente em domicílios de todas as Unidades da Federação (UFs). Porém, em sua segunda edição, o SIPS sofreu importantes alterações de metodologia em relação à edição anterior, tanto do ponto de vista da técnica estatística quanto da sua forma de execução. Todas estas alterações tiveram como objetivo o aperfeiçoamento da amostra e da etapa de coleta dos dados.

No tocante à sua execução, o SIPS abandonou a forma de coleta de dados convencional, caracterizada por um processo manual de aplicação das entrevistas, com a utilização de questionários em papel e posterior digitação destas informações para a formação do banco de dados. Em seu lugar, o instituto adotou uma forma de coleta de dados eletrônica com a utilização de *personal digital assistants* (PDAS) – *tablets* ou *smartphones*. Esta evolução aumenta a garantia da integridade dos dados por meio da eliminação de etapas de manuseamento de dados por pessoas.

Ainda para preservar a integridade dos dados, o Ipea determinou ao prestador do serviço de coleta de dados que os formulários fossem transmitidos individual e instantaneamente ao servidor de arquivos instalado na sede da empresa e retransmitidos em tempo real para o servidor do Ipea, inclusive com a captura da localização espacial (dados georreferenciados de latitude e longitude).

Além da questão da integridade dos dados, esta solução propiciou mais agilidade e segurança à análise dos resultados, que pode ser feita preliminarmente a qualquer tempo da execução e imediatamente após a sua conclusão.

O Ipea também exigiu do prestador de serviço de coleta de dados o fornecimento de um sistema eletrônico que permitisse o acompanhamento em tempo real da evolução da execução do trabalho de campo. Esta medida assegurou ao instituto plenas condições de monitoramento e fiscalização da pesquisa, o que possibilitou a verificação das coordenadas georreferenciadas dos domicílios sorteados para as entrevistas – com erro máximo de 50 metros –, além da edição dos questionários respondidos para a verificação de suas autenticidades.

Estes avanços, além de protegerem a integridade dos dados e de aperfeiçoarem o seu tratamento e transmissão, também trouxeram mais racionalidade e conseqüente redução dos custos de fiscalização, graças à eliminação da necessidade de mobilização de pessoal para campo a fim de realizar as exigidas comprovações de autenticidade das entrevistas.

Mudança importante também ocorreu em relação aos aspectos estatísticos, pois, diferentemente da edição anterior, que adotou a técnica amostral conhecida como amostragem por cotas, esta edição utilizou outra – a amostragem probabilística –, conservando, contudo, o mesmo intervalo de confiança e margem de erro, apesar do aumento do tamanho da amostra.

No entanto, algumas características da edição anterior foram mantidas, entre estas a realização de três ondas distintas de coleta de dados com a investigação de três temas também distintos em cada uma delas. Também houve diferenças, como no caso dos temas que, apesar de seguirem o mesmo desenho amostral, foram tratados de forma independente entre si quanto às respectivas amostras.

Em suma, cada tema teve uma amostra própria, pois cada domicílio sorteado pertenceu a um único tema, respondendo assim seu morador a apenas uma das três pesquisas em execução, enquanto na primeira edição do SIPS o domicílio sorteado integrava a amostra única para todos os temas.

Tal modificação foi efetuada com a intenção de melhorar a qualidade das respostas dadas pelos entrevistados, uma vez que, na primeira edição, ficou evidenciado um grau significativo de exaustão dos respondentes diante do tempo gasto para concluir a pesquisa, devido à quantidade de perguntas e à diversidade dos temas abordados.

DEFINIÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, MARGEM DE ERRO E NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA

A amostra definida pelo Ipea teve representatividade estatística para o Brasil e para as Grandes Regiões, com uma margem de erro de 5%, a um nível de confiança de 95%.

O tamanho da amostra foi definido pelo Ipea em 3.772 entrevistas distribuídas proporcionalmente pelas Grandes Regiões segundo a população brasileira apurada pelo Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foi considerada a proporcionalidade populacional das UFs e ainda o porte dos municípios, classificados de acordo com o quadro 1.

QUADRO 1
Classificação por tamanho de município

	Grande	Médio	Pequeno
Tamanho da população (número de pessoas)	Acima de 100 mil	Entre 20 mil e 100 mil	Abaixo de 20 mil

Elaboração dos autores.

A definição da amostra foi estabelecida pelos seguintes passos.

- 1) Foram incluídas todas as capitais e alguns dos principais municípios autorrepresentativos, denominados municípios-polo e indicados pelo Ipea.
- 2) O sorteio dos demais municípios ocorreu de maneira a compor os totais de municípios definidos para cada Grande Região, observando-se critérios de tamanho.

- 3) A escolha destes municípios teve como regra estarem a um raio de 120 quilômetros de distância, em linha reta, dos municípios-polo, assegurado que:
 - a) em cada Grande Região, a distribuição do número de pessoas por UF do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por UF no mesmo tema;
 - b) dentro de cada UF, a distribuição do número de pessoas por município do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por município no mesmo tema.
- 4) A amostra dos domicílios foi representativa do total de pessoas, do Brasil e das Grandes Regiões, de acordo com os estratos de importante variabilidade dentro do respectivo tema.

Foram conceituados como municípios-polo aqueles que possuíam à época aeroportos atendidos por linhas regulares de voos comerciais, identificados pelo Ipea. A aplicação deste conceito visou à melhoria da relação custo-benefício na etapa de execução dos trabalhos de campo. Segundo os cálculos, este desenho compreendia 84% do universo da população brasileira.

Os municípios-polo que integraram a amostra, além das capitais das UFs, foram, por região:

- região Norte: Marabá (PA), Cruzeiro do Sul (AC) e Coari (AM);
- região Nordeste: Ilhéus (BA), Barreiras (BA), Vitória da Conquista (BA), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte (CE) e Imperatriz (MA);
- região Centro-Oeste: Rio Verde (GO) e Corumbá (MT);
- região Sudeste: Macaé (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Governador Valadares (MG), Montes Claros (MG), Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), São José dos Campos (SP), Guarulhos (SP), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), São José do Rio Preto (SP), Bauru (SP), Presidente Prudente (SP) e Marília (SP); e

- região Sul: Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Criciúma (SC), Joinville (SC), Chapecó (SC), Caxias do Sul (RS), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS), Santa Maria (RS), Santo Ângelo (RS) e Uruguaiana (RS).

O quadro 2 mostra a distribuição dos municípios pelas cinco Grandes Regiões do país, por tamanho.

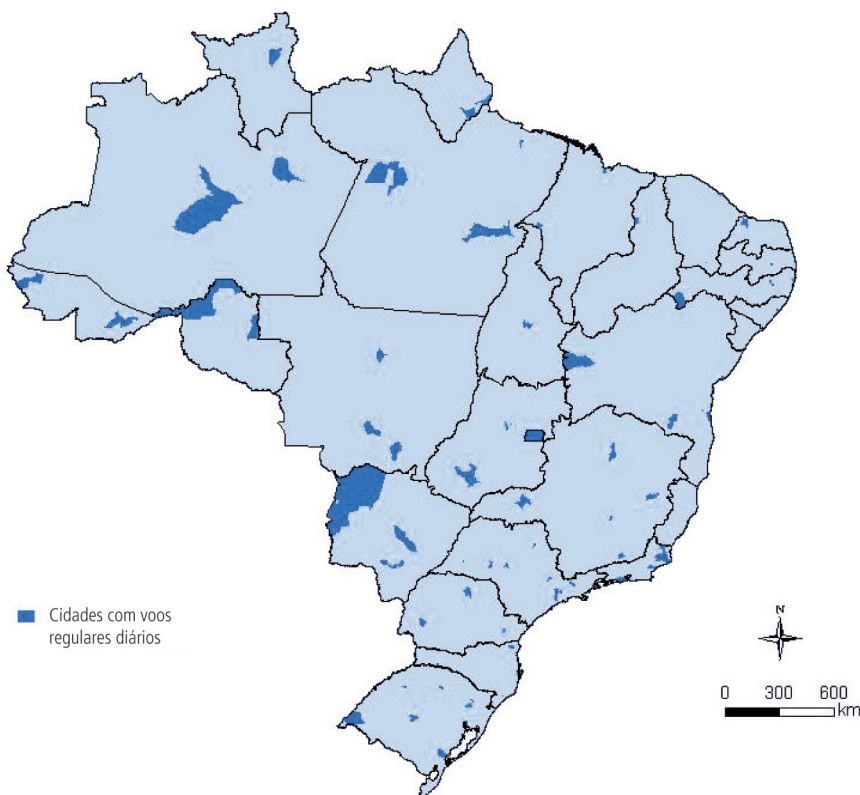
QUADRO 2
Distribuição dos municípios por Grandes Regiões e tamanho

Região/município	Porte grande	Porte médio	Porte pequeno	Total
Norte	8	7	4	19
Nordeste	18	27	17	62
Centro-Oeste	6	5	4	15
Sudeste	44	23	14	81
Sul	15	11	9	35
Total	91	73	48	212

Elaboração dos autores.

O mapa 1 ilustra a distribuição espacial dos municípios-polo integrantes da amostra, conforme as definições do Ipea.

MAPA 1

Distribuição das cidades brasileiras com voos regulares diários (2010)

Elaboração dos autores.

EXECUÇÃO

A pesquisa foi executada em três ondas que contemplaram, cada uma, três temas distintos. Realizada entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011, a primeira onda, com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, foi composta pelos temas da mobilidade urbana (3.781 entrevistas coletadas), defesa nacional (3.796 entrevistas) e percepção sobre a pobreza (3.786 entrevistas).

A segunda onda foi realizada de 8 a 30 de novembro de 2011, também com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, nas quais foram investigados os temas de educação (3.795 entrevistas), trabalho e renda (3.796 entrevistas) e ainda valores e estrutura social (3.791 entrevistas).

Por fim, a terceira onda, com idêntico tamanho definido para a amostra em relação às ondas anteriores, contemplou os temas da segurança pública (3.799 entrevistas) e mídia e comunicação (3.809 entrevistas), além de alguns programas públicos federais na área social e econômica (3.804 entrevistas), sendo executada entre os dias 10 de março e 1º de abril de 2012.

Os formulários foram compostos por dez questões de identificação socioeconômica e demográfica dos entrevistados e um número próximo de trinta questões elaboradas especificamente para cada tema da pesquisa.

As entrevistas foram presenciais e realizadas nos domicílios das famílias, estando habilitado a respondê-las qualquer membro da família com idade igual ou superior a 18 anos.

A FELICIDADE ACOMPANHA A RENDA?*

Marcelo Côrtes Neri**

1 INTRODUÇÃO

O senso comum indica que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida, portanto, tem um interesse intrínseco, bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este último aspecto, o paradoxo provavelmente mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda – a variável mais venerada em economia – e felicidade. Inúmeros países que experimentaram uma considerável elevação na renda real desde a Segunda Guerra não observaram, na mesma proporção, um aumento no bem-estar autoavaliado pela população; pelo contrário, a percepção deste estado de satisfação vem até diminuindo nos últimos anos.

Em um dado ponto na vida das pessoas, renda mais alta está positivamente associada à ideia de felicidade; contudo, ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, esta correlação mostra-se fraca, como defendido na teoria chamada Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como será visto adiante, esta visão foi mais recentemente desafiada por resultados empíricos baseados em dados do Gallup World Poll, que cobrem mais de 132 países, apresentados por Angus Deaton (2007, 2013). Agora, à luz dessa controvérsia, como se comporta a relação entre renda e felicidade no caso brasileiro? Esta pergunta pode ser respondida comparativamente, usando microdados para diferentes países, ou, ainda, combinando dados nacionais com políticas de transferência de renda instituídas no país nos últimos anos.

* O autor agradece as contribuições de Luisa Carvalhaes e Samanta Sacramento.

** Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

Este capítulo revisita a correspondência entre renda e felicidade, com base na experiência brasileira. O trabalho está dividido em oito seções. Na segunda, será revisada brevemente a literatura sobre esta relação, que deu origem ao campo que pode ser denominado economia da felicidade. Na terceira seção, apresenta-se um estudo empírico feito a partir do mesmo conjunto de dados usado por Angus Deaton, focalizando na associação entre renda e satisfação com a vida. Uma contribuição dessa seção é testar diferentes especificações funcionais, com o emprego de dados agregados entre países. Outra é tirar partido da possibilidade de gerar um indicador de riqueza individual para medir como varia a relação riqueza e felicidade entre pessoas de diferentes países, tomando o caso brasileiro como base.

A quarta seção aborda a correspondência entre renda e felicidade no contexto mais geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculando o peso de cada um dos três componentes (renda, saúde e educação) para a felicidade presente do indivíduo e testando simultaneamente o impacto de cada um deles sobre a noção de satisfação com a vida.

Na quinta seção, argumenta-se em favor do uso de informações de satisfação com a vida em diferentes instantes do tempo para explorar algumas implicações do modelo intertemporal de escolha entre consumo e poupança. Em particular, há a convicção de que o uso de medidas de satisfação com a vida em diferentes momentos – no passado, no presente e no futuro –, quando visto de um único período, permite endereçar empiricamente os efeitos do ajuste de aspirações individuais.

Discutem-se em seguida as relações empíricas entre renda e felicidade em diferentes horizontes de tempo.

Na sexta seção, estuda-se a relação entre renda e felicidade no caso brasileiro, usando dados coletados pelo Ipea.

A sétima seção propõe o emprego de programas de transferência de renda como o Bolsa Família como uma medida quase exógena de variação de renda para avaliar os impactos da mesma sobre a satisfação com a vida de uma pessoa em diferentes instantes do tempo. As principais conclusões sobre a relação entre renda e felicidade são deixadas para a oitava seção do capítulo.

2 REVISÃO DA LITERATURA PREGRESSA

A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores a dar um passo adiante na posição “objetivista” da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase que exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986), “a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que a escolha (...) é o único aspecto humano que pode ser observado”.

A partir do trabalho de Easterlin (1974), cuja relevância percebida aumenta a partir da última parte da década de 1990 – quando um conjunto de economistas começou a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos –, o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.¹

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias ideias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nesta perspectiva, o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando-se diretamente às pessoas o quão satisfeitas elas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento que elas fazem de si mesmas, de acordo com a premissa de que são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas e, portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais natural e direta do que lhes perguntar sobre seu nível de bem-estar. A principal ideia é que o conceito de felicidade subjetiva possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano, em vez de mensurar renda ou outras variáveis, que não são exatamente o que, ao fim e ao cabo, as pessoas querem, mas que, contraditoriamente, são os meios através dos quais se pode conseguir – ou não – usufruir da felicidade.

Segundo Frey e Stutzer (2002), bem-estar (*well-being*) subjetivo é um conceito mais amplo do que a utilidade da decisão e, portanto, é o objetivo final da existência de cada indivíduo. Os autores sustentam a ideia de que,

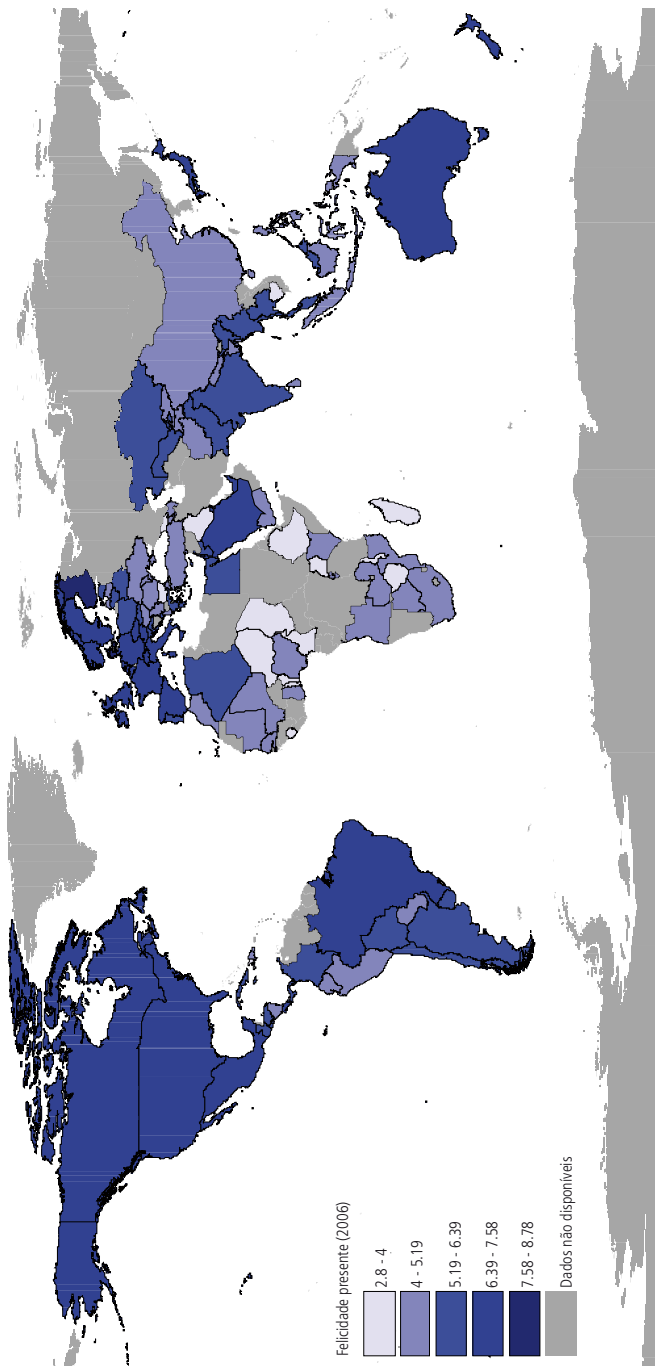
1. Para sumários da literatura, ver Kahneman, Diener e Schwarz (1999) e Frey e Stutzer (2002).

para muitos fins, a felicidade, ou o bem-estar subjetivo relatado, é uma aproximação empírica satisfatória para a utilidade individual. Como as pessoas mensuram seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circunstâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, Frey e Stutzer (2002) sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Ademais, como o propósito de medir a felicidade não é comparar seus níveis no sentido absoluto, mas identificar os determinantes da felicidade, como será feito aqui, não é necessário assumir que o bem-estar subjetivo relatado seja, de forma cardinal, mensurável ou comparável entre as pessoas. Além disso, diversos autores encontraram alta correlação entre felicidade reportada e sorriso. Outros, como Diener (1984), encontraram a mesma correlação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca – “estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida”.

3 A NOVA EVIDÊNCIA INTERNACIONAL

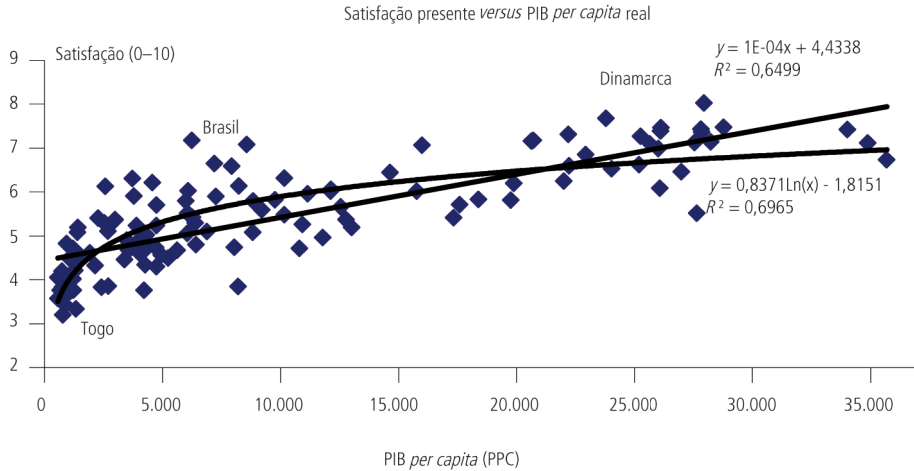
Angus Deaton (2007), usando dados do Gallup World Poll de 2006, mais ricos em conteúdo e em número de países em relação às pesquisas anteriores, desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular a de que “dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)”. O artigo de Deaton (2007) é a referência-chave dissonante da literatura empírica. Serão empregados os mesmos dados usados por Deaton, disponíveis para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida, em níveis e diferenças através de diferentes horizontes, contra o produto interno bruto (PIB) *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra (PPC), a fim de se comparar laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial sobre a satisfação com a vida em 2006 aponta que Togo ocupa a lanterninha, com 3,2, numa escala de 0 a 10; e a Dinamarca, o ápice, com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação europeia do que para a africana, atingindo 6,64, situando-se acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB *per capita*, conforme ilustram a figura 1 e, posteriormente, os gráficos 1, 2 e 3.

FIGURA 1
Felicidade presente: satisfação com a vida hoje (2006)



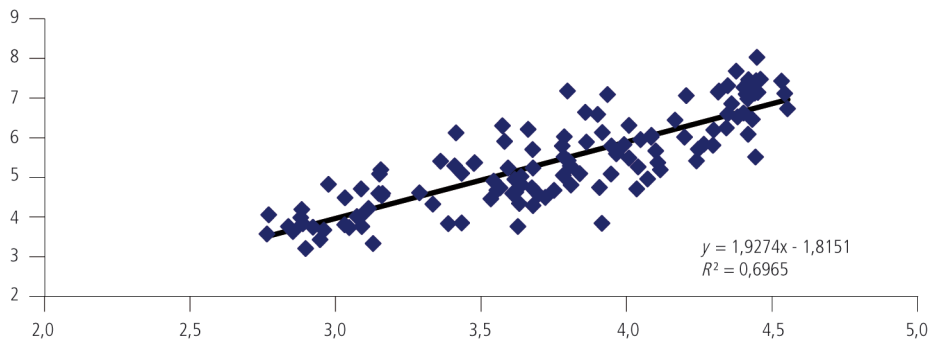
Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

GRÁFICO 1
Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – satisfação presente versus PIB per capita real



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

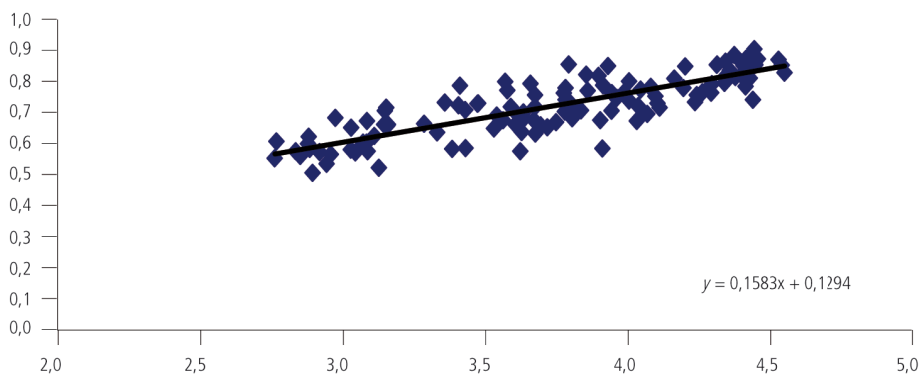
GRÁFICO 2
Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – satisfação presente versus log PIB per capita real



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

GRÁFICO 3

Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – log satisfação presente *versus* log PIB *per capita* real



Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (*cross-country regressions*). O exercício apresentado neste trabalho sugere que uma especificação *log*-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível, implicando uma relação côncava. O gráfico 2 mostra uma relação quase linear entre *log* de renda e satisfação com a vida presente, o que poderia se suspeitar da linha de tendência logarítmica melhor ajustada aos dados que a reta do gráfico anterior. O gráfico 3 assinala que a dupla relação em logaritmos aqui proposta parece adequar-se ainda melhor aos dados – que é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso, o coeficiente estimado informa diretamente que a elasticidade-renda de longo prazo da felicidade seria constante: para cada 10% de incremento de renda, a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

3.1 Microdados de riqueza e felicidade

Na comparação internacional (tabela 1), são utilizados os microdados de acesso à telefonia fixa como medida das condições materiais de vida individuais (e não agregadas), disponível nos dados para o conjunto de países.² A partir de um modelo logístico multinomial ordenado com controles sociodemográficos usuais, como gênero, idade e tamanho de cidade,

2. Há uma correlação forte entreligando inclusão digital e felicidade entre países: a cada 10% de ganho na primeira, a felicidade presente sobe 2,2%. Entretanto, não se pode dizer que inclusão telefônica traz felicidade ou vice-versa.

demonstra-se como mudanças na riqueza (nesse caso medidas pelo acesso à telefonia) se relacionam com a felicidade, tomando o Brasil como base.

TABELA 1
Diferencial de correlação parcial: felicidade e acesso à telefonia (como *proxy* de riqueza)

País	Coefficiente	p valor	País	Coefficiente	p valor
Chipre	1,4321	0,0003	Paraguai	0,6005	0,0005
Arábia Saudita	1,4030	0,0004	Azerbaijão	0,5876	0,0001
Romênia	1,3162	<0,0001	Panamá	0,5782	0,0004
El Salvador	1,0784	<0,0001	Jamaica	0,5658	0,0028
Singapura	1,0459	0,0351	Sérvia	0,5652	0,0003
Uruguai	0,9434	<0,0001	Costa Rica	0,5116	0,0038
Camboja	0,9371	0,0130	Afganistão	0,5085	0,0520
Polônia	0,9366	<0,0001	Equador	0,5060	0,0015
Israel	0,9358	0,0009	China	0,4962	0,0002
Argélia	0,9150	0,0016	Bangladesh	0,4879	0,0737
Índia	0,9023	<0,0001	Albânia	0,4833	0,0049
Sri Lanka	0,8853	<0,0001	Cuba	0,4789	0,0026
Venezuela	0,8746	<0,0001	Chile	0,4712	0,0054
Jordânia	0,8742	<0,0001	Bolívia	0,4699	0,0039
Marrocos	0,8589	<0,0001	Cazaquistão	0,4457	0,0050
Palestina	0,8586	<0,0001	Bósnia Herzegovina	0,4283	0,0095
Turquia	0,8275	<0,0001	Eslováquia	0,4190	0,0077
Mianmar	0,7942	0,0009	Filipinas	0,4178	0,0170
Peru	0,7883	<0,0001	Moldova	0,4164	0,0133
Hungria	0,7759	<0,0001	Armênia	0,4137	0,0110
Egito	0,7734	<0,0001	Indonésia	0,4109	0,0149
Colômbia	0,7605	<0,0001	México	0,3880	0,0342
República Dominicana	0,7341	<0,0001	Ucrânia	0,3817	0,0182
Nepal	0,7088	<0,0001	Macedônia	0,3810	0,0387
Líbano	0,6528	0,0018	Uzbequistão	0,3461	0,0322
Bulgária	0,6503	<0,0001	Geórgia	0,3404	0,0293
Croácia	0,6394	0,0168	Laos	0,3148	0,0359
Argentina	0,6166	0,0016	Irã	0,3126	0,0718
Guatemala	0,6093	0,0003	Rússia	0,2521	0,0820

Elaboração do autor.

Observa-se, a partir dos resultados apresentados (que só mostram as relações estatisticamente diferentes de zero), que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso à telefonia

menor que o Brasil. Há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) ou, numa interpretação de sinais de riqueza em geral, na felicidade do brasileiro.

4 FELICIDADE E OS PESOS DO IDH

As estruturas teóricas e empíricas da pesquisa de Deaton (2007, 2013) são bastante úteis para a realização deste estudo. A análise usa um modelo intertemporal padrão, incorporando, de maneira explícita, renda e taxas de sobrevivência, de um modo bastante apropriado para incorporar parte da estrutura do IDH usada, na qual renda e expectativas de vida ocupam um papel central.

Deaton (2007) não faz qualquer referência direta ao IDH em seu trabalho. A especificação empírica dos determinantes da satisfação com a vida usa não apenas as principais variáveis do IDH original, tais como o PIB *per capita* e expectativa de vida, mas também a forma funcional utilizada no artigo para a primeira variável, ou seja, o *log* do PIB é usado no IDH. O componente Educação do IDH, que não está presente no quadro de Deaton, pode afetar mais diretamente a restrição orçamentária pelas vias da geração de renda do que os níveis de felicidade alcançados e serão incorporados ao quadro empírico.

Uma crítica comum ao IDH é o fato de que os pesos dados a cada um de seus componentes (renda, saúde e educação), um terço para cada, são arbitrários. Esta parte do capítulo trata desta questão, aproveitando perguntas sobre satisfação com a vida presente extraídas da pesquisa do Gallup, dadas em nível micro, como variável endógena. A estimativa de uma “função felicidade”, usando componentes do IDH agregados como variáveis explicativas e restrições fazendo somar 1 em um quadro linear de mínimos quadrados restritos, permitirá a estimativa dos pesos relativos atribuídos a renda, saúde e educação no bem-estar subjetivo.

Os resultados da regressão da tabela 2 mostram um peso de 66% atribuído ao PIB, de 31% em relação à expectativa de vida, de 2,2% para as taxas de matrícula bruta e 0,3% para o indicador de alfabetização. Isso significa que, de acordo com os critérios de satisfação com a vida atual, o peso deve ser de dois terços para a renda, de 31% para a saúde e menos

de 3% para ambos os componentes de educação tomados conjuntamente. Logo, no arcabouço expandido do IDH, a renda explica cerca de dois terços da variância explicada da felicidade.

TABELA 2
Pesos específicos do IDH para a satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros	
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	2,6338	0,0292
Matrícula bruta	0,0224	0,0007
Alfabetização	0,0030	0,0005
PIB	0,6643	0,0564
Saúde	0,3103	0,0564
Restrito	3.429,1786	66,2861

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

5 FELICIDADE NO TEMPO

Além de satisfação presente com a vida, tirou-se partido de questões sobre satisfação tanto prospectivas (cinco anos à frente) como retrospectivas (cinco anos atrás). A principal aposta e o melhor argumento aqui é que tais questões são construções úteis, pois elas são geradas dentro dos mesmos níveis de aspirações individuais. Se a renda muda, os níveis de aspirações subjetivas que interagem com dados de realidade objetivos também mudam a longo prazo. A corrida entre movimentos ao longo das curvas de felicidade *versus* renda e o deslocamento das mesmas curvas configuram o epicentro da discussão de adaptabilidade às circunstâncias.

Os níveis de satisfação observados em diferentes instantes, resultados da combinação entre fluxos de renda ou estoques percebidos de riqueza com as aspirações, fazem as funções de produção de felicidade se deslocar. Os dados longitudinais vistos desde um ponto do tempo combinam o mesmo efeito fixo individual e temporal. Ainda que houvesse dados que acompanhassem as mesmas pessoas ao longo do tempo, a comparação entre os níveis de satisfação auferidos entre diferentes instantes envolveria classes diferentes de aspirações, além de variáveis objetivas como condições materiais diversas. De modo a analisar a formação da satisfação com a vida a curto prazo, deve-se separar aspirações de outros determinantes. Ao trabalhar com diferentes momentos no tempo, mas vistos simultaneamente de um ponto

específico – o instante em que a entrevista é feita –, o nível de aspiração individual pode ser tomado como constante na comparação temporal. Essa é a presunção básica dos modelos intertemporais, nos quais o problema é resolvido, dependendo não apenas das expectativas de variáveis futuras mas também na esperada estrutura de utilidade num certo momento – geralmente, no presente.

Os exercícios de regressões que foram propostos como diversos conceitos demonstram que a renda corrente tem mais impacto sobre a felicidade presente do que sobre o futuro, o que seria consistente com a presença de miopia, impaciência, defasagens de hábitos, incertezas ou de restrições no mercado de crédito que tornariam a felicidade presente mais sensível a mudanças de renda observadas no mesmo período. Todos estes elementos são também candidatos a explicar a trajetória crescente de felicidade ao longo do tempo.

5.1 Felicidade latina

Além da atual satisfação com a vida, também são discutidas neste trabalho expectativas de satisfação cinco anos adiante (2012) e memórias de satisfação com a vida há cinco anos (2002), bem como as diferenças absolutas entre estes conceitos. O universo captado agora é o da América Latina e Caribe em 2007, do qual se dispõe de dados individuais de renda comparáveis pela PPC.³ Mais uma vez, este intervalo cobre um período de grande crescimento econômico. Portanto, num contexto em que um futuro brilhante não pode ser antecipado em termos de felicidade presente, é natural que a atual satisfação com a vida esteja acima de seus valores passados. Similarmente, devido a perspectivas de crescimento acelerado antes das instabilidades financeiras globais de 2008, a futura satisfação com a vida também está acima dos níveis atuais. A diferença maior de ganhos de felicidade prospectivos *vis-à-vis* os ganhos retrospectivos parece dar suporte e importância a não convexidades do modelo básico de escolha temporal, mais de natureza *ex ante* do que *ex post*. Por exemplo, no caso de defasagem de hábitos, quando as pessoas olham as conquistas que ficaram para trás, já estão com as aspirações ajustadas aos

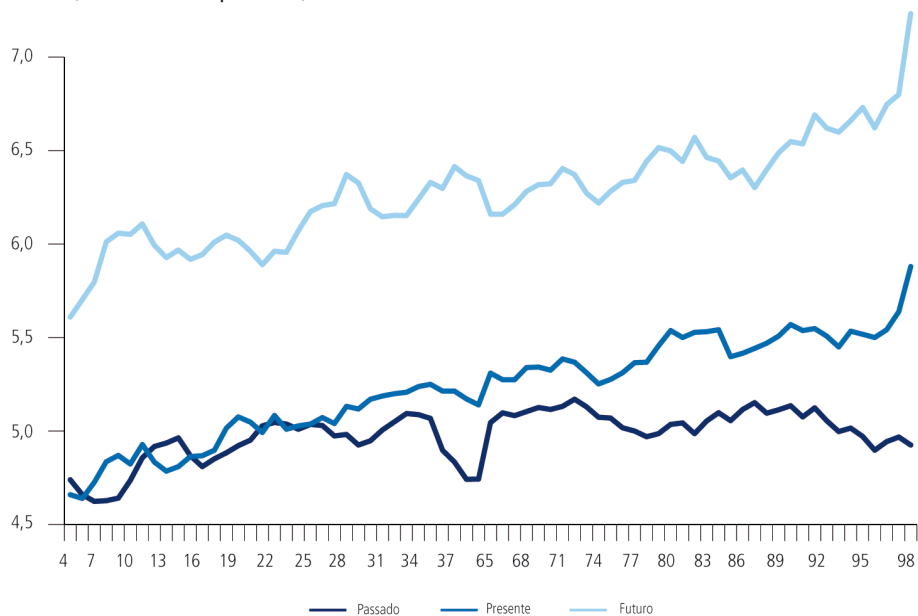
3. Isto é feito apenas para América Latina em função da disponibilidade de dados construídos de renda *per capita* ajustada por PPC gentilmente cedidos por Leonardo Gasparini, do Centro de Estudios Distributivos, Laborales Sociales (Cedlas) da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

ganhos materiais realizados, enquanto o olhar ao futuro é mais fresco, com aspirações ainda inalteradas pela experiência de subir na vida.

Há de se considerar que este período corresponde à era dourada da economia mundial, observada desde 2002 até 2007, em termos de expectativas para os próximos cinco anos. A relação positiva entre a atual renda *per capita* e a satisfação com a vida em diferentes horizontes de tempo fica clara no gráfico 4. As curvas são muito mais pronunciadas para a satisfação atual e especialmente futura do que para a passada.

GRÁFICO 4

Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: bem-estar presente, passado e futuro e renda *per capita* atual
(Média móvel 5 percentis)

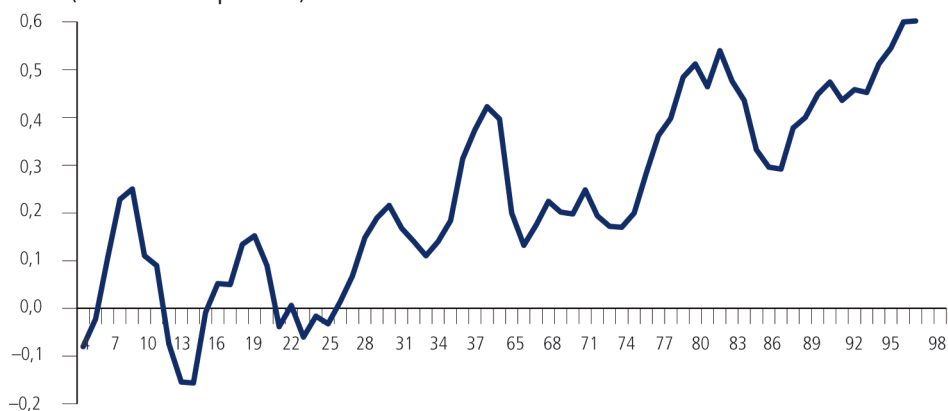


Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

As diferenças entre felicidade presente e passada e entre felicidade futura e passada são apresentadas nos gráficos 5 e 6.

GRÁFICO 5

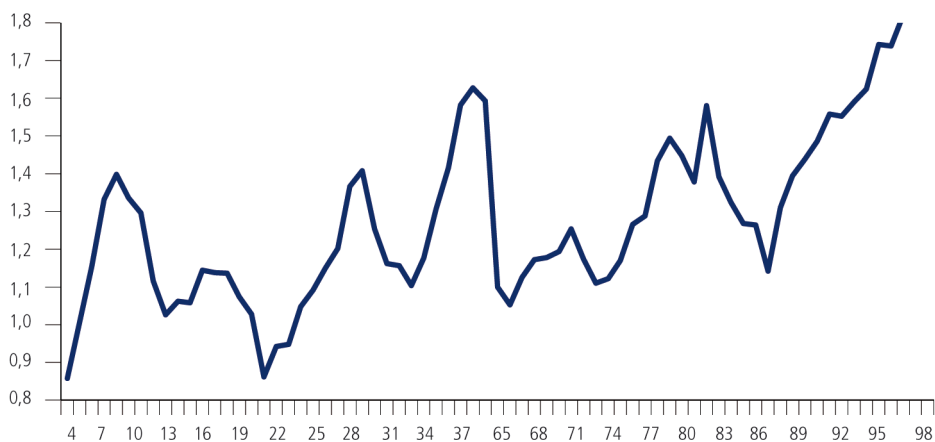
Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: diferença entre felicidade presente e passada e renda *per capita* atual
(Média móvel 5 percentis)



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

GRÁFICO 6

Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: diferença entre felicidade futura e passada e renda *per capita* atual
(Média móvel 5 percentis)



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

A atual satisfação com a vida é muito mais alta do que seu correspondente valor passado para aqueles percentis de renda mais elevados. Estes grupos de renda presente superior captam uma proporção maior de efeitos transitórios positivos que separam a satisfação presente da passada. Pelas

mesmas razões, indivíduos com renda atual mais alta apresentam ganhos mais modestos em relação à satisfação futura frente à presente do que níveis de renda mais baixos. A evidência parece corroborar pelo menos algumas das considerações que inspiraram a obra seminal de Milton Friedman, *A theory of the consumption function* (1957). A ideia de renda permanente também parece estar influenciando a noção de satisfação com a vida para além dos efeitos diretos na renda atual.

Segundo Adam Smith, o pai da disciplina, o estudo da economia deveria tratar como central a determinação do nível de felicidade individual. Não se deve rejeitar a renda e a riqueza como determinantes da satisfação com a vida dos indivíduos. Nesta visão, o livro de Smith, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, mais conhecido como *A riqueza das nações*, poderia ser intitulado de “A felicidade geral das nações”.

Indo para os detalhes mais dinâmicos da relação entre renda e felicidade, ao se interpretar de maneira literal as “funções instantâneas de felicidade” em diferentes instantes do tempo, verifica-se que o peso relativo atribuído à renda corrente muda entre eles, dando suporte a uma visão mista em que os indivíduos suavizam a sua satisfação frente a mudanças observadas entre diferentes instantes do tempo e estados da natureza, mas o fazem de forma parcial ou imperfeita. Um próximo passo será precisar os canais que levam a este resultado a partir de um modelo temporal aditivo, tirando partido de outras variáveis contidas na base de dados, como estoque de riqueza, acesso a crédito e incerteza. Outra extensão mais em linha com a literatura anterior, de felicidade impulsionada pelo trabalho de Easterlin, é analisar como a relação entre renda e felicidade muda de acordo com a trajetória individual e circunstâncias agregadas, como aquelas relacionadas às condições da economia dos países e de grupos de referência (efeito inveja). Finalmente, o estudo das relações entre a idade dos indivíduos e a satisfação presente e futura pode fornecer *insights* interessantes no teste de implicações da teoria do ciclo de vida, de Franco Modigliani, que é um marco natural de análise para se estudar a evolução da satisfação com a vida das pessoas.⁴

4. Por estrutura esperada da utilidade do tempo de vida, o autor quer dizer: funções de felicidade instantânea para diferentes períodos e o modo como estas funções interagem entre si ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser uma estrutura aditiva simples onde se assume que não há interação no tempo, além daquela referente à restrição orçamentária temporal, ou pode incorporar a explícita dependência do tempo, como defasagem de hábitos, e do entorno como no *efeito inveja* (*keeping up with the Jones*). As estruturas aditivas permitem inferências mais simples sobre a relação entre a duração da vida e a utilidade instantânea.

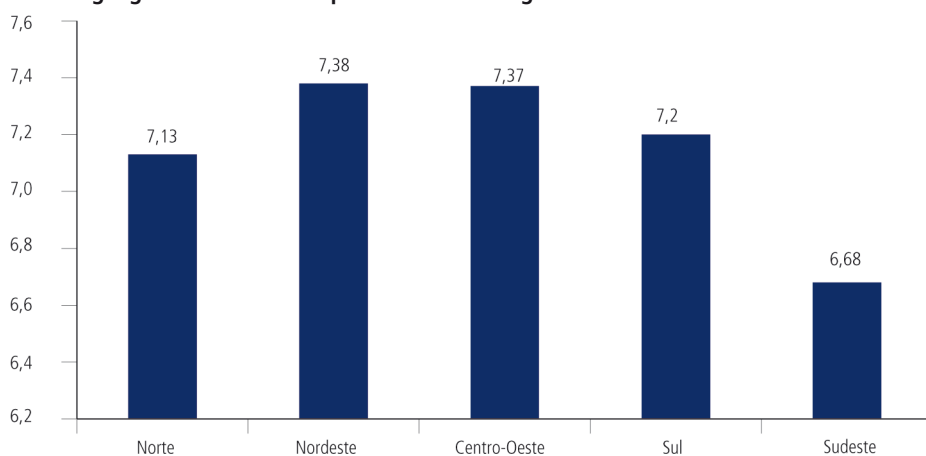
6 RENDA E FELICIDADE NO BRASIL

A dimensão subjetiva de felicidade não encontra eco nas estatísticas produzidas no Brasil. Em função disso, o Ipea foi a campo, em outubro de 2012, para uma amostra representativa do país, com 3.800 entrevistas junto à população com 15 anos ou mais. O questionário foi composto, entre outras, de perguntas padronizadas de pesquisas internacionais aqui divulgadas em primeira mão. Mais especificamente, exploraram-se medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas. A pergunta utilizada foi simples, pedindo ao entrevistado uma nota de 0 a 10 sobre sua satisfação com a vida corrente. A pesquisa do Ipea mostrou que a nota média de felicidade brasileira, em outubro de 2012, foi 7,1, o que colocaria o país em 16º lugar entre 147 nações do globo, segundo dados do Gallup World Poll de 2011 – que apontaram, em 2010, uma felicidade geral de 6,8 no Brasil.

6.1 Felicidade nordestina

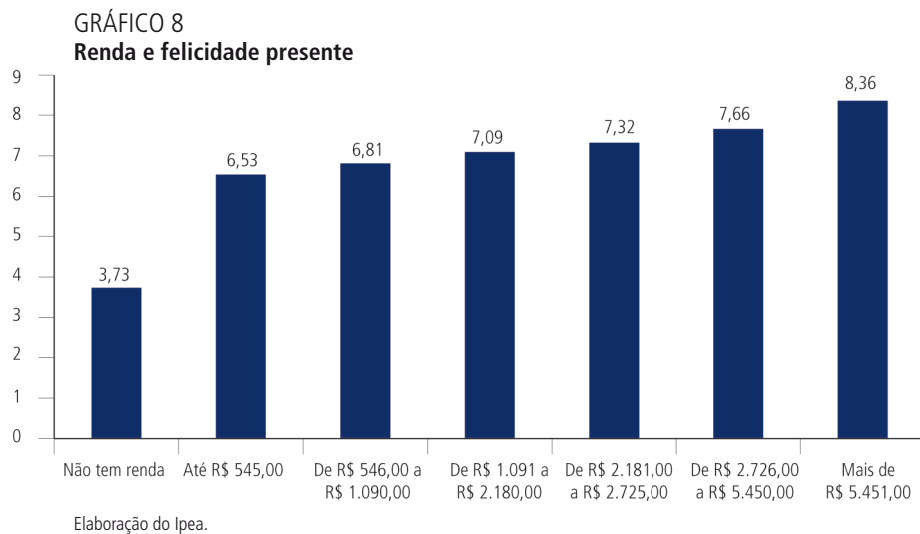
Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em nono lugar no *ranking* global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste (gráfico 7).

GRÁFICO 7
A geografia da felicidade presente: macrorregiões



Elaboração do Ipea.

Felicidade e renda possuem uma correlação positiva, como mostra o gráfico 8, mas grande parte das mudanças está associada a passagem dos sem renda para a faixa mais baixa de rendas positivas.



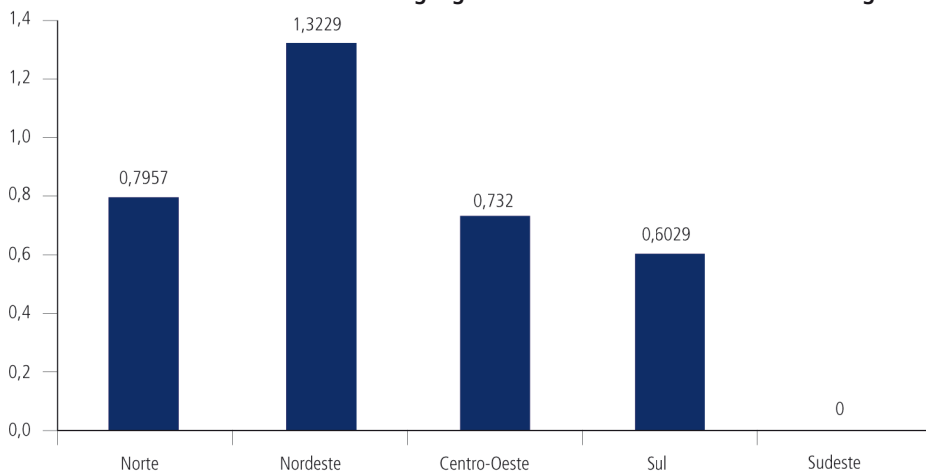
6.2 Felicidade controlada

Exercícios controlados mostram que, quando se comparam pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade relativa do Nordeste é a maior e a do Sudeste é a menor, ficando as demais regiões no meio do caminho, conforme demonstra o gráfico 9.

A partir dos mesmos exercícios controlados apontados anteriormente, quando foram feitas comparações entre pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade cresce com a renda (gráfico 10).

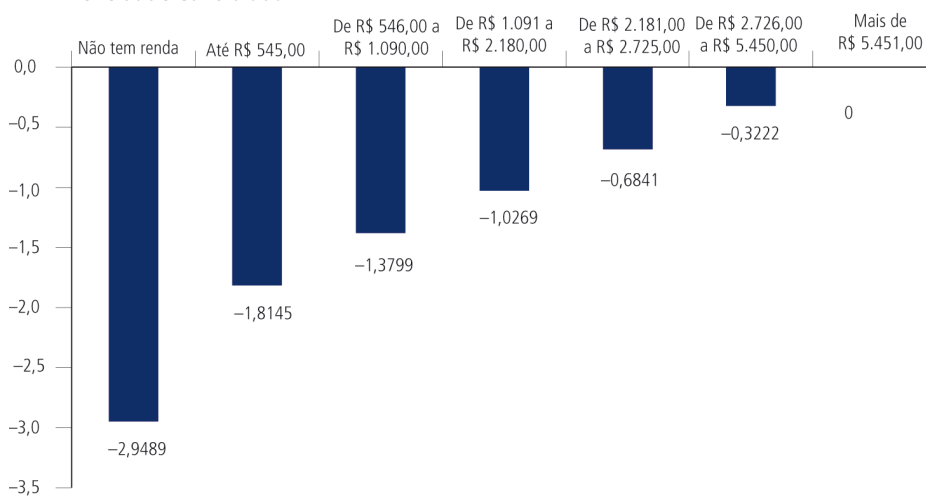
Ou seja, o exercício atesta que o nível de renda familiar acompanha o nível de felicidade brasileira.

GRÁFICO 9
Chances de felicidade controlada: geografia da felicidade brasileira – macrorregiões



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 10
Felicidade controlada



Elaboração do Ipea.

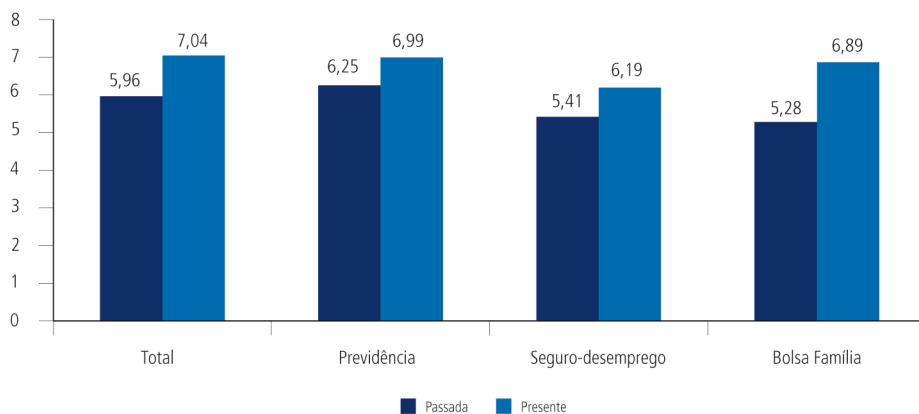
7 POLÍTICAS DE RENDA E MUDANÇAS NA FELICIDADE

Antes de entrar no teste central do capítulo, vale ressaltar que em todos os dados analisados há uma relação positiva entre a satisfação presente com a vida e a renda, tanto no mundo como no Brasil. Convém destacar também

que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível à renda. A baixa sensibilidade dos dados brasileiros em relação à renda é demonstrada pelo fato de a região Nordeste, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente. Talvez o fato determinante não seja o nível, mas a variação de renda observada nos últimos anos, o que pode ser explicado pelo fato de o Nordeste ter apresentado taxas de crescimento de renda superiores às de outros lugares do Brasil.⁵

Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para a faixa de menor renda positiva pesquisada, até um salário mínimo de renda familiar total. Isso sugere um potencial impacto de políticas redistributivas mais focalizadas nos mais pobres. Os dados da pesquisa de campo realizada pelo Ipea sobre a satisfação com a vida presente e passada da população total e dos beneficiários de diferentes programas de transferência de renda evidenciam alguns resultados iniciais de interesse (gráfico 11).

GRÁFICO 11
Felicidade passada *versus* presente: transferências sociais e mudanças de satisfação com a vida



Elaboração do Ipea.

Os beneficiários do Bolsa Família são os que apresentam o menor nível de felicidade passada: 5,28 contra 5,96 da população total (6,25 dos aposentados e pensionistas da previdência e 5,41 dos recebedores de seguro-desemprego).

5. Entre 2002 e 2012, o PIB do Nordeste cresceu duas vezes mais rápido que o do Sudeste, e a renda familiar *per capita*, conferida por meio de pesquisas domiciliares, aumentou cerca de três vezes mais.

Como o Programa Bolsa Família (PBF) é focalizado nos mais pobres, este resultado sugere que, de fato, renda e satisfação passada com a vida são indicadores positivamente relacionados. Ao se comparar com o *ranking* global de felicidade passada do Gallup de 2006, cuja variação ia da Dinamarca (7,3) a Angola (2,6), a nota média de 5,28 dos beneficiários do Bolsa Família os colocaria inicialmente entre o Paquistão e o Paraguai, e a nota de 6,1 dos não beneficiários do programa os colocaria entre Inglaterra e Estados Unidos.

Agora, ao se analisar a felicidade corrente em 2012, os diferenciais entre os diversos públicos são bem reduzidos, variando de 7,04 da população total, passando pelos 6,99 dos beneficiários da previdência e 6,86 daqueles do Bolsa Família e chegando a 6,19 dos recipientes do seguro-desemprego.⁶

De fato, esta mudança relativa é explicada pelo maior ganho de felicidade presente em relação à passada dos beneficiários do Bolsa Família, que atinge 29,9% contra 11,8% e 14,4% dos atuais beneficiários da previdência e do seguro-desemprego, respectivamente, e 18,1% da população brasileira como um todo.

Há, obviamente, diferenças de perfis dos beneficiários que precisam ser levadas em conta, como idade, gênero, estado civil e região, sem falar em renda. O teste final, aqui proposto, tira partido da relação controlada por estes fatores entre variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo. Os resultados indicam que os beneficiários ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Estes dados, tomados a valor de face, apontam que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro é o Bolsa Família, levariam, em termos agregados, a uma felicidade maior geral da nação.

8 CONCLUSÃO

Diversos estudos questionam a relação de longo prazo entre renda e felicidade, teoria conhecida na literatura como o Paradoxo de Easterlin. O lançamento dos dados do Gallup World Poll a partir de 2006, cobrindo mais de 132 países, adicionou mais graus de liberdade e ampliou o horizonte geográfico

6. Esta inversão de *ranking* entre os beneficiários do Bolsa Família e os do seguro-desemprego está em linha com a literatura internacional, que sugere que desempregados, mesmo controlando pela respectiva renda, são mais infelizes. Incidentalmente, este resultado está em desacordo com a teoria convencional de escolha entre lazer e renda.

da discussão. O trabalho pioneiro de Deaton (2007), usando essa nova base de dados, reembaralhou as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas definitivas em dinheiro como causa principal da felicidade, o capítulo demonstra que uma especificação empírica em duplo *log* apresenta uma descrição ainda mais próxima da relação entre renda e satisfação com a vida. O artigo mostra que, ao se correlacionar os dados de satisfação com a vida do Gallup World Poll com os componentes do IDH, a renda explicaria cerca de 66% da variação da satisfação com a vida presente, contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos dois componentes de educação.

Vale a pena frisar um par de resultados empíricos extraídos dos dados internacionais do Gallup e dos dados brasileiros do Ipea acerca da felicidade individual presente. O primeiro ponto é que há uma relação positiva entre a satisfação presente com a vida e a renda, tanto no mundo como no Brasil. O segundo é que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível à renda, como no referido Paradoxo de Easterlin. Este ponto é exemplificado pelo fato de que nenhum país do mundo, entre os 132 pesquisados, apresenta menor correlação entre as duas variáveis do que o Brasil. A baixa sensibilidade dos brasileiros em relação às condições materiais de vida e renda é demonstrada pelo fato de a região Nordeste brasileira, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente.

Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda alguma para a faixa de menor renda pesquisada, o que sugere um potencial de políticas focalizadas nos mais pobres. Este artigo defende o uso de medidas de satisfação com a vida em diferentes instantes do tempo. De fato, a relação controlada por diversos fatores socioeconômicos entre variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo traz resultados expressivos. Os dados indicam que os beneficiários do programa ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado, tomado a valor de face, aponta que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro é o Bolsa Família, levariam, em termos agregados, a uma felicidade geral maior da nação.

Economistas brasileiros, eventualmente em vez da chamada ciência triste (*the dismal science*, como definido pelo historiador britânico Thomas Carlyle) devem recorrer ao lado brasileiro para entender os comportamentos da população tupiniquim. Afinal o brasileiro, profissão esperança, não é exatamente o protótipo do *Homo economicus*.

REFERÊNCIAS

DEATON, A. **Income, aging, health and wellbeing around the world: evidence from the Gallup World Poll**. National Bureau of Economic Research, Inc., 2007. (NBER Working Paper, n. 13.317).

_____. **The great escape: health, wealth and the origins of inequality**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2013. 360 p.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. *In*: PAUL, A. D.; MELVIN, W. R. **Nations and households in economic growth: Essays in Honor of Moses Abramowitz**. New York: Academic Press, Inc., 1974.

FREY, B. S.; STUTZER, A. **The economics of happiness**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2002.

FRIEDMAN, M. **A theory of the consumption function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. (Ed.). **Well-being: the foundations of hedonic psychology**. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

SEN, A. K. The standard of living. *In*: MCMURRIN, S. (Ed.). **Tanner lectures on human values**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1986. v. 7.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 1. ed. Londres: William Strahan e Thomas Caldwell, 1776.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAHAM, C. **Happiness around the world: the paradox of happy peasants and miserable millionaires.** New York: Oxford University Press, 2009.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LA FONTAINE, J. de. **A cigarra e a formiga.** Barueri: Girassol, 2008.

NERI, M. C. **Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-Cruzado.** Tese (Mestrado) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1990, p. 145.

_____. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Saraiva, 2012. 312 p.

PALOCCI, A. **Sobre cigarras e formigas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 256p.

PRAAG, B. M. S. van; FERRER-I-CARBONELL, A. **Happiness quantified: a satisfaction calculus approach.** Revised Edition. New York: Oxford University Press, 2008.

SINTETIZANDO PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO*

Marcelo Neri**

1 INTRODUÇÃO

As três principais variáveis explicativas da satisfação com a vida abordadas neste estudo – renda, saúde e educação – correspondem aos três componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O relatório pioneiro da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1954 apresentou a ideia de que a renda *per capita* não deve ser o único indicador usado para medir o padrão de vida das pessoas. Isto foi seguido por uma variedade de estudos que convergiram para formar o IDH proposto pela ONU em 1990.

Este capítulo, estendendo os resultados de Neri (2008), incorpora as percepções sobre a renda, a saúde e a educação na metodologia do IDH, o que possibilita a construção de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P). Uma vantagem desta abordagem é a comparabilidade dos resultados com os *rankings* do IDH, referência dentro da multidimensionalidade de ferramentas de indicadores sociais. Cada uma destas três dimensões corresponde a grupos bem estabelecidos de políticas sociais. Os dados qualitativos em mãos podem ajudar a lançar luz sobre a forma como os beneficiários atuais ou potenciais percebem os processos e os resultados associados com as políticas de educação, saúde e renda. Também foi adicionada à análise a dimensão das condições de trabalho, uma vez que o acesso ao trabalho e sua qualidade percebida: *i)* também estão sujeitos a políticas governamentais diretas; *ii)* ocupam um papel central na literatura de determinação da felicidade; e *iii)* encaixam-se bem dentro de uma perspectiva de ciclo de vida, estrutura básica de análise utilizada aqui.

* O autor agradece o excelente apoio prestado por Luisa Carvalhaes, Samanta Reis, Gabriel Buchmann, Rodrigo Ramiro e Tiago Bonomo.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

Seguindo a literatura que avalia a qualidade em diversas dimensões da vida, o estudo usa o ciclo de vida como um quadro de análise em que a idade é uma das principais variáveis. Cada componente do IDH está fortemente relacionado com uma fase específica do ciclo de vida. De forma simplificada, o ciclo começa com a educação formal, experimentada na sua fase inicial, quando há tanto uma janela de capacidade de aprendizagem maior do que mais tarde, quanto mais tempo à frente para recuperar o custo do investimento em capital humano, em termos de rendimentos do trabalho. A segunda fase é o período de geração de renda, acumulada principalmente a partir do trabalho que, por sua vez é em grande parte determinado por decisões educacionais anteriores. Esta fase intermediária também irá garantir os recursos materiais para o período de aposentadoria, como riqueza financeira, serviços de saúde etc. Também será verificada a importância das condições de trabalho *vis-à-vis* a renda para os adultos não idosos. Finalmente, a maior parte dos problemas de saúde observados em qualquer sociedade ocorre principalmente na última fase do ciclo de vida, e é em geral determinada por políticas públicas específicas – o fornecimento dos serviços de saúde por parte do Estado, bem como as decisões de renda e de educação adotadas no passado.

O impacto das medidas objetivas de renda sobre indicadores subjetivos também irá situar-se no centro desta análise. Apesar de suas limitações, indicadores sociais baseados em renda *per capita*, tais como medidas-padrão de desigualdade e pobreza baseadas diretamente em pesquisas domiciliares, estão no cerne do debate social na América Latina e são o esteio para o economista em relação às questões sociais. Uma unidade de medida de renda ajustada pela paridade do poder de compra (PPP) também é útil para comparar custos e benefícios de políticas públicas e de tomadas de decisões por parte dos indivíduos.

O capítulo está organizado da seguinte forma. Na segunda seção do trabalho, após esta introdução, estudam-se as prioridades dos brasileiros apontadas na pesquisa *Meu mundo* (*My world*), da ONU, replicada pelo Ipea na sua pesquisa domiciliar do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Na terceira seção, constrói-se um IDH-P entre os países latino-americanos por meio da extração dos componentes principais de uma rica variedade de questões especiais adicionadas à pesquisa do Gallup World Poll de 2007. A quarta seção explora, diretamente a partir de observações de nível individual, a relação entre os componentes do IDH-P, de um lado,

e a renda e a idade, de outro. A quinta seção analisa a relação entre os componentes de desenvolvimento humano objetivos e subjetivos, utilizando a pesquisa completa do Gallup World Poll de 2006, de 132 países. Na sexta seção, usa-se a satisfação com a vida como uma métrica para extrair os pesos atribuídos separadamente aos componentes do IDH. Adota-se a mesma estratégia para os componentes do IDH-P e encontram-se pesos razoavelmente próximos entre o desenvolvimento humano objetivo e subjetivo. Em seguida, traça-se um *ranking* do IDH-P sintético para mais de uma centena de países, usando-se a métrica tradicional do IDH (pesos iguais, cada componente valendo um terço). As principais conclusões são deixadas para a sétima seção.

2 PRIORIDADES DOS BRASILEIROS – A PESQUISA *MEU MUNDO* NO BRASIL

A pesquisa *Meu mundo* é uma iniciativa global comandada pela ONU. Seu objetivo é captar a voz das pessoas, suas prioridades e visões sobre o mundo, para que os líderes globais possam informar-se no âmbito da definição da nova agenda de desenvolvimento para o mundo. Por meio de uma página na internet, a ONU pede para os indivíduos selecionarem seis entre dezesseis possíveis prioridades que fariam a maior diferença para as suas vidas e a de suas famílias. Esta lista de dezesseis itens foi feita a partir de prioridades relatadas por pessoas pobres em pesquisas e incluídas na pauta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU.

O Ipea, por meio da pesquisa domiciliar do SIPS, levou a campo uma rodada de pesquisa em agosto de 2013 em que foi replicada a pergunta do *Meu mundo* em mais de 10 mil questionários. Este esforço foi reconhecido com a atribuição ao Ipea de um prêmio da Campanha do Milênio da ONU por ter dado a maior contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa internacional. Trata-se de uma contribuição não apenas quantitativa, mas também qualitativa do Ipea, que gerou uma pesquisa representativa do conjunto da população brasileira, fruto do esquema de amostragem com entrevistas realizadas cara a cara, e não pela internet.

Incorporando entrevistas feitas posteriormente, em 2013 foram aplicados quase 20 mil questionários com a pergunta da pesquisa *Meu mundo*. Este capítulo restringe-se à amostra de pouco mais de 10 mil observações da pesquisa de agosto de 2013 que valeu o prêmio ao Ipea.

Realizou-se uma breve comparação de resultados brasileiros e globais. As prioridades mundiais são a educação de qualidade e a melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. A saúde aparece em 85,5% dos questionários brasileiros, ao passo que a educação aparece em 81,8% dos questionários. Há outras divergências entre a realidade brasileira e a mundial, destacadas a seguir. O brasileiro dá mais prioridade à proteção contra o crime e a violência em relação à população mundial (quinto lugar para os brasileiros, com 51,4% das respostas, e sétimo no *ranking* global), reflexo do elevado índice de criminalidade do país, um dos principais problemas sociais tupiniquins. O mesmo não acontece com o combate às mudanças climáticas (16ª posição tanto no Brasil quanto no mundo), o que talvez indique a necessidade de realização de campanhas nacionais e internacionais para a conscientização da população sobre a causa ambiental. O brasileiro dá ainda menor prioridade a melhores oportunidades de trabalho (sexto lugar para os brasileiros, presente em 44,8% das respostas, contra terceiro lugar no mundo), o que pode ser um reflexo da recente expansão no mercado de trabalho brasileiro, que se encontrava em 2013 próximo do pleno emprego. Apresenta-se na tabela 1 a lista de prioridades brasileiras em geral segundo a pesquisa do Ipea.

TABELA 1
Prioridades brasileiras na pesquisa *Meu mundo* (ago./2013)

Prioridades	Respostas (%) ¹	Posição
Melhoria dos serviços de saúde	85,5	1ª
Educação de qualidade	81,8	2ª
Acesso a alimentos de qualidade	74,4	3ª
Governo honesto e atuante	65,1	4ª
Proteção contra o crime e a violência	51,4	5ª
Melhores oportunidades de trabalho	44,8	6ª
Melhoria nos transportes e nas estradas	38,8	7ª
Apoio às pessoas que não podem trabalhar	37,2	8ª
Acesso à água potável e ao saneamento	28,3	9ª
Proteção a florestas, rios e oceanos	19,5	10ª
Acesso à energia em casa	19,4	11ª

(Continua)

(Continuação)

Prioridades	Respostas (%) ¹	Posição
Eliminação do preconceito e da discriminação	16,9	12 ^a
Igualdade entre homens e mulheres	12,3	13 ^a
Liberdades políticas	8,8	14 ^a
Acesso ao telefone e à internet	8,8	15 ^a
Combate às mudanças climáticas	7,2	16 ^a

Fonte: SIPS/Ipea.

Nota: ¹ Porcentagem das respostas em que o item foi escolhido entre seis possíveis prioridades.

Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam, saúde, educação e renda. Como se viu, há inversões entre os dois universos na ordem entre educação e saúde, mas ambas ocupam os dois primeiros lugares nas prioridades da população. No terceiro lugar está a renda, mas vista de maneiras diferentes – como possibilidade de consumo ou de geração de renda (produção). No mundo, que em geral vive um problema de desemprego crônico desde a crise de 2008, a terceira prioridade são as melhores oportunidades de trabalho. No Brasil, a terceira posição é ocupada pelo acesso a alimentos de qualidade. Em suma, entre as dezesseis prioridades elencadas pela pesquisa *Meu mundo* da ONU, há algumas inversões de ordem e de perspectiva quando se comparam os universos brasileiro e mundial. No entanto, o aspecto comum é que os três componentes do IDH ocupam o pódio das prioridades da população.

3 CONSTRUINDO UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PERCEBIDO (IDH-P)

3.1 Estrutura conceitual

No quadro 1 proposto, inspirado em Veenhoven (2000) e Rojas (2005), deve-se levar em conta a interação entre duas dimensões. Em primeiro lugar, se o indicador refere-se às percepções internas sobre a vida do indivíduo ou às percepções externas sobre a coletividade de indivíduos (por exemplo, sobre um país ou uma cidade). Em segundo, se o indicador é relacionado com as oportunidades oferecidas ou com os resultados obtidos. Este quadro pode ser aplicado a indicadores gerais de qualidade de vida, como a satisfação com a vida,

ou adaptado para classificar qualquer indicador qualitativo, como os que estão relacionados com os componentes do IDH. Por exemplo, o estado de saúde percebido de um indivíduo é um indicador de resultado, enquanto o acesso aos serviços de saúde é claramente um indicador de oportunidades. Como apontado em Neri (2008), cujos resultados são aqui estendidos, a divisão entre a qualidade interna e a externa não é apenas intuitiva, mas corroborada pelos exercícios empíricos aqui apresentados, enquanto as diferentes oportunidades são bem fundamentadas na literatura de capacidades em oposição a funcionalidades proposta por Amartya Sen (Sen, 1984).

QUADRO 1
As quatro qualidades da vida

	Externas	Internas
Oportunidades	Qualidade das instituições	Capacidade pessoal de viver
Resultados	Felicidade geral da nação	Satisfação individual com a vida

Elaboração do autor.

3.2 Análise de componentes principais (ACP): método

A ACP é uma metodologia útil quando se tem dados de certo número de variáveis e se acredita que existe alguma redundância entre elas – o que significa que algumas das variáveis estão correlacionadas entre si, possivelmente porque estão medindo o mesmo objeto. Dada esta aparente redundância, é provável que, por exemplo, diferentes itens de um questionário não estejam realmente medindo objetos diferentes; mais provavelmente, podem estar medindo uma mesma dimensão de maneira diferente. No presente caso, por exemplo, *maior facilidade percebida de pagar as contas e elevada renda percebida* parecem significar basicamente a mesma coisa.

A metodologia consiste em reduzir o número de variáveis e envolve o desenvolvimento de medidas sobre uma série de variáveis observadas e, em um número menor, de variáveis artificiais – chamadas de componentes principais –, que representam a maior parte da variância das variáveis observadas. Em essência, uma ACP tem como objetivo a redução das variáveis observadas em um conjunto menor de variáveis artificiais, transformando variáveis redundantes em novas variáveis que podem ser utilizadas em análises posteriores como variáveis preditoras em uma regressão múltipla, ou em qualquer outro tipo de análise.

Tecnicamente, um componente principal pode ser definido como uma combinação linear de variáveis observadas ponderadas de forma ótima. Ao realizar-se uma ACP, é possível calcular uma pontuação para cada fator em determinado componente principal. Cada observação individual realmente medida teria pontuações em cada um dos novos componentes, e as pontuações reais destes sobre os itens do questionário original seriam otimamente ponderadas e depois somadas para calcular a pontuação de um determinado componente.

O número de componentes extraídos por meio de uma ACP é igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas. Isto significa que uma análise de um questionário com muitos itens vai resultar em um número de componentes tão grande quanto o número de itens. No entanto, na maioria das análises, apenas os primeiros componentes não redundantes explicam quantidades significativas da variância, portanto apenas estes primeiros componentes são retidos, interpretados e usados em análises subsequentes. Os demais componentes explicam quantidades insignificantes da variância e, por isso, geralmente não são retidos e analisados.

O primeiro componente obtido mediante uma ACP é responsável por uma quantidade máxima da variância total das variáveis observadas. Sob condições típicas, isto significa que o primeiro componente será correlacionado com pelo menos algumas das variáveis observadas, podendo ser correlacionado com muitas delas. O segundo componente extraído terá duas características importantes. Em primeiro lugar, este componente será responsável por uma quantidade máxima da variação no conjunto de dados que não foi contabilizada pelo primeiro componente. Novamente sob condições típicas, isto significa que o segundo componente será correlacionado com algumas das variáveis observadas que não exibem uma forte correlação com o primeiro componente. A segunda característica do segundo componente é que ele não vai ser correlacionado com o primeiro componente. Literalmente, um cálculo da correlação entre os componentes 1 e 2 daria zero. Esta é a regra geral: os componentes restantes extraídos na análise exibem as mesmas duas características – cada componente é responsável por uma quantidade máxima de variância nas variáveis observadas que não foi contabilizada pelos componentes anteriores, e é não correlacionado com todos os componentes anteriores. A ACP procede desta forma com cada novo componente responsável por quantidades

progressivamente menores e menores da variância – é por isso que apenas os primeiros componentes são normalmente retidos e interpretados. Quando a análise está completa, os componentes resultantes terão diferentes graus de correlação com as variáveis observadas, mas serão completamente não correlacionados uns com os outros.

As variáveis observadas são padronizadas no curso da análise, isto é, cada variável é transformada de modo a ter média zero e variância um. O que se quer dizer com *variância total* no conjunto de dados é simplesmente a soma das variâncias destas variáveis observadas. Uma vez que elas foram normalizadas para ter variância valendo um, cada variável observada contribui com uma variância para a *variância total* do conjunto de dados. Por conseguinte, a variância total em uma ACP será sempre igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas, e os componentes extraídos para a análise irão dividir esta variação. Se há seis componentes, por exemplo, o primeiro componente pode ser responsável por 2,9 unidades de desvio total; talvez o segundo componente seja responsável por 2,2 unidades; e assim por diante, com a análise continuada deste modo até que toda a variância do conjunto de dados seja contabilizada.

A seguir está a forma geral da fórmula para calcular as pontuações no primeiro componente extraído (criado) por meio de uma ACP:

$$CI = b_{11} (X_1) + b_{12} (X_2) + \dots + b_{1p} (X_p)$$

onde:

CI é a pontuação sobre o principal componente 1 (o primeiro componente extraído);

b_{1p} é o coeficiente da regressão (ou o peso) para a variável observada p , tal como utilizado na criação do componente principal 1; e

X_p é a pontuação sobre a variável observada p .

Suponha-se que o componente 1 neste estudo foi a satisfação com a saúde. Pode-se determinar a pontuação de cada indivíduo no componente principal 1 usando-se a seguinte fórmula fictícia:

$$CI = 0,44 (X_1) + 0,40 (X_2) + 0,47 (X_3) + 0,32 (X_4) + 0,02 (X_5) + 0,01 (X_6) + 0,03 (X_7)$$

No presente caso, as variáveis observadas (as variáveis X) foram respostas individuais das perguntas sobre percepções; $X1$ representa a pergunta 1; $X2$ representa a pergunta 2; e assim por diante. Observe-se que diferentes coeficientes da regressão foram atribuídos às diferentes perguntas para calcular pontuações individuais no componente 1: para as primeiras perguntas foram atribuídos pesos relativamente grandes, que vão de 0,32 a 0,44, enquanto para as últimas questões foram atribuídos pesos muito pequenos, variando de 0,01 a 0,03.

Obviamente, uma equação diferente, com diferentes pesos de regressão, seria usada para calcular as pontuações no componente 2 (satisfação com a renda, por exemplo). A seguir está uma ilustração fictícia desta fórmula:

$$C2 = 0,01 (X1) + 0,04 (X2) + 0,02 (X3) + 0,02 (X4) + 0,48 (X5) + 0,31 (X6) + 0,39 (X7)$$

Os resultados acima mostram que, na criação de pontuações para o segundo componente, muito peso seria dado às últimas perguntas e pouco seria dado para as primeiras.

Os pesos de regressão das equações anteriores são determinados pelo uso de um tipo especial de equação chamada de equação de *eigen*. Os pesos produzidos por estas equações de *eigen* são pesos ótimos no sentido de que, para um determinado conjunto de dados, nenhum outro conjunto de pesos poderia produzir um conjunto de componentes mais bem-sucedidos para explicar a variância das variáveis observadas. Os pesos são criados a fim de satisfazerem um princípio de mínimos quadrados semelhante, mas não idêntico, ao princípio dos mínimos quadrados utilizados na regressão múltipla.

3.3 Estratégia empírica

Seguindo-se Kenny e Kenny (2006) e sugestões de outros, decidiu-se neste estudo não incluir variáveis objetivas nos exercícios de ACP realizados a fim de permitir comparações posteriores entre os indicadores objetivos e subjetivos do IDH. Uma vez que o IDH é a principal referência utilizada na literatura de bem-estar social multidimensional, optou-se neste momento por usar sua estrutura proposta em três componentes separados e comparar com a sua respectiva versão subjetiva. Também se introduziu a questão das condições

de trabalho para posteriormente testar a sua relevância, bem como para verificar se a conexão entre componentes específicos do IDH-P muda em fases distintas do ciclo da vida: educação para indivíduos mais jovens (crianças e adolescentes com até 15 anos de idade); condições de trabalho para jovens e adultos não idosos (pessoas entre 16 e 64 anos de idade); e condições de saúde para idosos (pessoas com 65 anos ou mais de idade). A união de indicadores monetários – referências mais utilizadas no estudo empírico na área de bem-estar social – com a literatura de desigualdade e pobreza parece apropriada como uma variável de integração de diferentes vertentes da literatura, como uma figura ou uma variável de ponderação na agregação de percepções entre os indivíduos. Além de adotarem amplamente o uso de variáveis baseadas na renda *per capita* e em componentes do IDH utilizados na prática, os quatro ingredientes selecionados estão geralmente vinculados a orçamentos e políticas setoriais específicos dentro de cada país. Em suma, escolheu-se separar os indicadores subjetivos e objetivos para permitir comparações diretas entre eles, dividindo-os em quatro grupos de indicadores setoriais específicos. Pode-se visualizar a abordagem do IDH-P usada aqui como uma síntese da perspectiva de atuais ou potenciais beneficiários no que diz respeito às possibilidades e aos resultados criados por políticas de educação, trabalho, saúde e renda.

A ACP é aplicada de duas maneiras. Extraem-se os componentes principais combinando-se todas as questões específicas de cada setor para renda, educação, saúde e trabalho simultaneamente. A outra maneira é separar, *a priori*, as questões por estes quatro setores diferentes, a fim de calcular os componentes do IDH-P isoladamente, o que é um resultado desejável desta análise, uma vez que esta divisão é útil para a organização institucional da política social.

Esses dois procedimentos são aplicados para dois ambientes espaçotemporais: as Américas e o mundo. A análise começa no nível da América Latina, usando-se perguntas especiais colocadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na sua pesquisa Gallup World Poll de 2007. Uma vantagem operacional deste conjunto de dados regionais é o grande número de perguntas, 28 no total, relativas a cada um dos componentes do IDH-P. Este ambiente regional também oferece a possibilidade de utilizar a variável objetiva relacionada diretamente com o IDH, a saber, renda domiciliar *per capita* ajustada pela PPP. O contexto global apresenta um conjunto de variáveis menos rico, mas fornece mais

graus de liberdade para estimar regressões com variáveis *cross-country*. Assim, será usado o contexto das Américas para explorar os impactos das variáveis objetivas renda e idade calculados no micronível em diferentes componentes do IDH-P. O mesmo tipo de exercício entre as variáveis objetivas e subjetivas será estimado em nível mundial, utilizando-se como variáveis explicativas componentes agregados do IDH e das variáveis do IDH-P.

3.4 Resultados da análise de componentes principais (ACP)

A ACP permite escolher o sistema de ponderação adequado para diferentes indicadores de bem-estar usados dentro de cada exercício específico realizado por setor. A lógica consiste em permitir a determinação de pesos ótimos associados a cada atributo. Para isso, deve-se obter um conjunto de novos atributos chamados fatores – que são uma combinação linear das variáveis originais – a partir das percepções disponíveis. Um sistema de pesos associados com os atributos originais é gerado, a fim de reproduzir a sua gama completa de variabilidade.

Trabalhou-se com um total de 28 questões para as Américas. Usou-se uma ACP a fim de reduzir a dimensão do problema. Começou-se calculando os componentes principais e combinando todas estas variáveis em um teste preliminar para ver o que os dados dizem sem qualquer restrição específica ao setor.

3.4.1 ACP para a América Latina – juntando todas as questões subjetivas

Este exercício indica que, mesmo sem qualquer tipo de restrição e com apenas algumas exceções, há uma divisão surpreendentemente clara de variáveis de acordo com as dimensões interna e externa e com o tipo de políticas setoriais (ou seja, as oportunidades ou os resultados relacionados). É feita uma breve descrição no próximo exercício, a fim de aumentar a profundidade com divisões específicas de cada setor. Como se viu na exposição sobre a metodologia de ACP, os componentes que explicam uma parcela maior da variância aparecem em primeiro lugar.

- 1) O primeiro componente, relacionado com a percepção interna de saúde, inclui somente variáveis relacionadas a percepções momentâneas, como duas questões sobre o estado de saúde autodeclarado e duas perguntas sobre sensação de dores ou ansiedade.

- 2) O segundo fator tabelado, que diz respeito à percepção interna de privação de renda, inclui quatro perguntas. Duas delas estão relacionadas à insuficiência de renda para cobrir as despesas da casa e de comida, uma sobre a experiência de fome e outra acerca de sentimentos relacionados à renda. Este tipo de componente irá apresentar um sinal negativo na correlação com as medidas de satisfação com a vida.
- 3) O componente seguinte mistura cinco perguntas relacionadas com as percepções em geral externas sobre renda e condições de trabalho e uma pergunta sobre a percepção dos movimentos do padrão de vida individual. Esta é a única exceção de todas as 28 questões no presente exercício de ACP, e permanecerá como a única exceção nos outros exercícios, na qual variáveis internas e externas se misturam num único vetor.
- 4) O componente seguinte, de percepção interna de trabalho, combina duas perguntas semelhantes sobre satisfação com o trabalho.
- 5) O próximo componente mistura três questões relacionadas à incapacidade de natureza mais permanente, ligada à presença de deficiências a serem entendidas como componente de percepção interna de saúde. Somente neste ponto as percepções externas começaram a entrar de forma mais consistente na lista de componentes, indicando um poder explicativo da variância preponderante nas questões internas.
- 6) O componente seguinte pode ser chamado de componente de percepção externa de acesso a capital humano, misturando três questões sobre o acesso à educação e aos serviços de saúde dentro das cidades ou países.
- 7) O próximo é semelhante ao anterior, mas combina informações sobre a satisfação com a educação e as políticas de saúde. Ele pode ser rotulado como a satisfação externa com o capital humano.
- 8) A pergunta seguinte combina duas questões de percepções externas sobre a privação de renda e a satisfação com políticas relacionadas ao trabalho.
- 9) O componente final mistura duas perguntas sobre a percepção externa da saúde e das oportunidades ligadas ao trabalho.

TABELA 2
ACP para a América Latina – juntando todas as perguntas subjetivas

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso à educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
Sentimentos sobre o rendimento do seu domicílio – vive confortavelmente ou apenas se mantém com sua renda presente?	24	-48*	29	15	-4	5	2	-3	5
Você acredita que as presentes condições econômicas são boas ou não?	-2	-2	70*	-2	5	18	2	22	12
No presente momento, você acredita que as condições econômicas como um todo estão melhorando ou continuam iguais?	-2	-2	76*	-2	6	7	2	14	8
Você está satisfeito ou não com os esforços para cuidar do problema da pobreza?	0	0	14	0	-2	20	14	83*	-6
No momento, você sente que o seu padrão de vida está melhorando ou continua igual?	24	-22	52*	8	-3	-9	9	0	-8
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para prover abrigo ou moradia adequada para você ou sua família?	3	72*	4	2	-6	-2	-3	1	9
Alguma vez nos últimos doze meses você ou sua família passaram fome?	-10	72*	-8	-3	-6	6	-1	-2	-11
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para comprar a comida de que você ou sua família precisava?	-10	82*	-11	-3	-1	2	0	-1	-3

(Continua)

(Continuação)	Componente								
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso à educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
Mobilidade – não tem problemas para andar.	36	-3	3	5	70*	-3	0	-2	-4
Autocuidado – não tem problemas para cuidar de si mesmo.	10	-4	0	1	80*	0	0	-2	2
Atividades usuais – não tem problemas para realizar os afazeres usuais: trabalho, estudos, trabalho doméstico, atividades familiares ou atividades de lazer.	37	-4	1	5	73*	-2	2	1	-3
Dor ou desconforto – não tem dor ou desconforto.	68	-5	5	1	28	4	2	-8	-7
Ansiedade ou depressão – não tem ansiedade ou depressão.	52	-10	6	-2	12	19	1	-14	-13
Quão boa ou ruim sua saúde é atualmente?	72	-13	6	3	10	7	3	2	10
Você está satisfeito com sua saúde pessoal?	72	-1	9	6	4	-5	7	9	1
Você está satisfeito ou insatisfeito com a disponibilidade de serviços de saúde de qualidade na cidade ou área em que vive?	5	-5	12	-1	0	11	79*	5	10
Os serviços de saúde no seu país são acessíveis a qualquer pessoa que precise deles, independentemente da sua situação econômica?	4	0	8	0	-1	69	24	5	15

(Continua)

(Continuação)	Componentes de desenvolvimento humano								
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
Não tem problemas de saúde que o impedem de fazer coisas que as pessoas de sua idade normalmente podem fazer.	60	-4	-1	7	22	-8	-2	8	5
Se você tivesse que ir a um hospital por causa de um acidente ou uma doença, quem iria arcar com o custo de seu atendimento, o serviço público ou o particular?	-4	-10	17	7	2	20	5	-6	75
Você confia ou não no sistema de assistência de saúde ou no sistema médico?	1	-1	9	-2	0	19	68*	15	8
Você está satisfeito com o sistema educacional ou com as escolas?	4	0	2	2	1	12	69*	7	-17
A educação no seu país é acessível a todos que querem estudar, independentemente da situação econômica de cada um?	9	-1	5	1	-5	78	6	11	0
A maioria das crianças no seu país tem oportunidade de aprender e crescer todo dia?	-2	5	10	1	1	58	19	22	-13
Você está satisfeito com seu trabalho ou com o que você faz?	8	-7	8	95*	4	1	0	1	3
Em seu trabalho você tem oportunidade de fazer todo dia o que você faz melhor?	6	-4	5	96*	5	1	-1	1	2

(Continua)

(Continuação)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso à educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
As pessoas no seu país podem melhorar de vida trabalhando duro ou não?	-5	-5	31	2	7	30	6	1	-57
Pensando na situação de emprego da cidade ou área em que você vive atualmente, você diria que agora é um bom ou um mau momento para encontrar um emprego?	12	-8	52*	10	-5	6	15	1	-13
Você está satisfeito ou não com os esforços para aumentar o número e a qualidade dos empregos?	2	-1	18	3	-2	15	14	82*	-1

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores de *eigen* superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

3.4.2 ACP América Latina – separando questões subjetivas em grupos de setores específicos

O próximo exercício divide *a priori* as 28 variáveis relacionadas com o IDH-P em quatro grupos de elementos, a fim de gerar índices setoriais separados, tal como faz o IDH antes de agregá-los num índice sintético. As questões foram divididas da seguinte forma: oito para a renda; cinco para as condições de trabalho; doze para a saúde; e três para a educação. Calcularam-se os principais componentes para cada um destes quatro grupos de ingredientes do IDH-P propostos.

Renda

Perguntas significativas para o primeiro vetor estão relacionadas com o nível atual ou futuro de renda ou de privação enfrentado pelo indivíduo, enquanto as questões do segundo vetor estão relacionadas com os resultados encontrados tanto no presente quanto de forma prospectiva para o país (tabela 3).

TABELA 3
Variáveis de renda

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²
Sentimentos sobre o rendimento do seu domicílio – vive confortavelmente ou apenas se mantém com sua renda atual?	-60*	23
Você acredita que as atuais condições econômicas são boas ou não?	-11	75*
No presente momento, você acredita que as condições econômicas como um todo estão melhorando ou continuam iguais?	-6	77*
Você está satisfeito ou não com os esforços para cuidar do problema da pobreza?	11	61*
No momento, você sente que o seu padrão de vida está melhorando ou continua igual?	-34	44*
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para prover abrigo ou moradia adequada para você ou sua família?	66*	6
Alguma vez nos últimos doze meses você ou sua família passaram fome?	73*	-2
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para comprar a comida de que você ou sua família precisava?	83*	-5

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de privação de renda.

² Fator externo de renda.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Trabalho

Os fatores internos de trabalho estão relacionados com a satisfação individual com o trabalho e as oportunidades criadas. Por sua vez, o fator externo relacionado ao trabalho captura ingredientes como as perspectivas, a

relevância e a qualidade dos esforços de políticas públicas para melhorar as condições gerais de trabalho (tabela 4).

TABELA 4
Variáveis de trabalho

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²
Você está satisfeito com seu trabalho ou com o que você faz?	96*	5
Em seu trabalho você tem oportunidade de fazer todo dia o que você faz melhor?	96*	3
As pessoas no seu país podem melhorar de vida trabalhando duro ou não?	-4	61*
Pensando na situação de emprego da cidade ou da área em que você vive atualmente, você diria que agora é um bom ou um mau momento para encontrar um emprego?	13	69*
Você está satisfeito ou não com os esforços para aumentar o número e a qualidade dos empregos?	2	72*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de trabalho.

² Fator externo de trabalho.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Saúde

As doze variáveis de saúde utilizadas foram divididas em três fatores. O primeiro está relacionado com as condições internas de saúde, o segundo com as condições individuais mais permanentes, enquanto o último fator captura o acesso à saúde em um nível agregado (tabela 5).

TABELA 5
Variáveis de saúde

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²	Fator 3 ³
Mobilidade – não tem problemas para andar.	34	72*	-3
Autocuidado – não tem problemas para cuidar de si mesmo.	7	82*	0
Atividades usuais – não tem problemas para realizar os afazeres usuais: trabalho, estudos, trabalho doméstico, atividades familiares ou atividades de lazer.	36	74*	-1
Dor ou desconforto – não tem dor ou desconforto.	69*	29	1
Ansiedade ou depressão – não sofre de ansiedade ou depressão.	58*	8	6
Quão boa ou ruim sua saúde é atualmente?	73*	14	8
Você está satisfeito com sua saúde pessoal?	71*	8	6
Você está satisfeito ou insatisfeito com a disponibilidade de serviços de saúde de qualidade na cidade ou área em que vive?	5	3	75*

(Continua)

(Continua)

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²	Fator 3 ³
Os serviços de saúde no seu país são acessíveis a qualquer pessoa que precise deles, independentemente da sua situação econômica?	3	1	66*
Não tem problemas de saúde que o impedem de fazer coisas que as pessoas de sua idade normalmente podem fazer.	58*	25	-3
Se você tivesse que ir a um hospital por causa de um acidente ou uma doença, quem iria arcar com o custo do seu atendimento, o serviço público ou o particular?	5	-6	33
Você confia ou não no sistema de assistência de saúde ou no sistema médico?	-1	4	76*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de saúde.

² Fator interno de saúde permanente.

³ Fator externo de saúde.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Educação

A educação deveria, talvez, ser vista mais como uma oportunidade que como um resultado em si. O questionário Gallup não contém questões sobre as percepções internas individuais, mas sim sobre as condições gerais. O componente externo de educação (tabela 6), único entre as três questões utilizadas, pode ser percebido como um componente relacionado com as oportunidades de educação presentes no país.

TABELA 6
Variáveis de educação

	Fator 1 ¹
Você está satisfeito com o sistema educacional ou com as escolas?	63*
A educação no seu país é acessível a todos que querem estudar, independentemente da situação econômica de cada um?	73*
A maioria das crianças no seu país tem oportunidade de aprender e crescer todo dia?	76*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Nota: ¹ Fator externo de educação.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

3.5 IDH Percebido para os países da América e em nível mundial

A tabela 7 apresenta os valores para todos os componentes gerados a partir da ACP para os países dos três continentes americanos da amostra que possuem dados disponíveis. Note-se que estes foram calculados com restrições setoriais específicas separadas. O passo seguinte foi padronizar estes indicadores

utilizando a metodologia do IDH, que define o pior nível na amostra como 0 e o mais alto como 1, como mostrado na tabela 7.

Posteriormente, o desafio é entender como os fatores subjetivos referentes às condições externas e internas de renda, trabalho, saúde e educação estão correlacionados com as condições sociodemográficas objetivas em micronível e em nível agregado. Usa-se a amostra americana de países, aproveitando-se de um conjunto maior de questões em quatro grupos de variáveis sociais, para estimar as correlações entre renda e idade (fatores objetivos) e percepções. Apesar de ser mais rica e completa, a amostra dos países da América Latina e Caribe, justamente por aprofundar as questões das percepções, apresenta muitas respostas não preenchidas, devido à insuficiência de dados, como pode ser percebido na tabela 7 pela quantidade de células sem informações.

Complementarmente, o total da amostra de 132 países, em que um conjunto menor de variáveis é incluído, fornece maiores graus de liberdade para estudar o impacto dos componentes objetivos do IDH, observados no nível do país, sobre a formação das percepções dos indivíduos sobre renda, educação, trabalho, saúde e satisfação com a vida. Por isso, usa-se a amostra global para construir um *ranking* do IDH-P sintético no final deste estudo.

TABELA 7
América Latina – IDH-P a partir dos componentes principais por país

País	Amostra	% total da amostra ¹	Componentes principais padronizados									
			Componente externo de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente interno de saúde permanente	Componente externo de saúde	Componente externo de educação		
Argentina	1.000	4,68	0,80	0,67	0,56	0,41	0,51	0,75	0,63	0,25		
Belize	502	2,35	0,80	0,34	0,60	0,38	0,78	0,38	0,53	0,66		
Bolívia	1.000	4,68	0,36	0,78	0,65	0,65	0,12	0,78	0,41	0,58		
Brasil	1.038	4,86	0,79	0,70	0,76	0,25	0,65	0,53	0,25	0,27		
Canadá	1.010	4,73	1,00	1,00	1,00	0,97	-	-	-	-		
Chile	7.272	34,03	0,77	0,58	0,46	0,54	0,66	0,60	0,50	0,52		
Colômbia	1.000	4,68	0,47	-	0,33	0,37	0,66	0,78	0,45	0,30		
Costa Rica	1.002	4,69	0,73	0,76	0,51	0,72	0,95	0,50	0,94	0,99		
República Dominicana	1.000	4,68	0,20	0,40	0,27	0,34	0,77	0,73	-	0,67		
Equador	1.061	4,97	0,36	0,67	0,60	0,35	0,39	0,95	0,20	0,23		
El Salvador	1.001	4,69	0,16	0,26	0,00	0,10	0,66	0,73	0,41	0,50		
Guatemala	1.000	4,68	0,83	0,46	0,32	0,47	1,00	0,55	0,29	0,36		
Guiana	501	2,34	0,76	0,27	0,54	0,24	0,62	0,63	0,80	0,69		
Honduras	1.000	4,68	0,06	0,57	0,10	-	0,77	0,35	0,42	0,59		
México	999	4,68	0,57	0,75	0,51	0,52	0,65	0,00	0,47	0,00		

(Continua)

(Continuação)

País	Amostra	% total da amostra ¹	Componentes principais padronizados									
			Componente externo de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente permanente de saúde	Componente externo de saúde	Componente externo de educação		
Nicarágua	1.000	4,68	0,00	0,45	0,29	0,50	0,22	0,63	0,59	0,70	0,70	
Panamá	1.000	4,68	0,55	0,56	0,40	0,47	0,93	0,70	0,57	0,80	0,80	
Paraguai	1.000	4,68	0,66	0,00	0,62	0,00	0,61	1,00	0,00	0,00	0,00	
Peru	1.000	4,68	0,13	0,34	0,16	0,30	0,00	0,85	0,12	0,14	0,14	
Uruguai	1.004	4,70	0,66	0,69	0,40	0,33	0,53	0,83	1,00	0,68	0,68	
Venezuela	1.000	4,68	-	-	0,79	1,00	-	-	-	1,00	1,00	
Máximo	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
Mínimo	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Nota: ¹ Refere-se ao total da população do país em relação ao total da amostra.

4 A FORMAÇÃO DE PERCEPÇÕES NO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS PAÍSES DA AMÉRICA

4.1 A correlação entre renda objetiva e componentes do IDH Percebido

Além da dimensão geográfica, também se buscam aqui duas linhas complementares de investigação, tirando proveito dos microdados: o impacto da renda sobre as percepções e os padrões das percepções no ciclo de vida. Começando-se com o primeiro, apresenta-se a relação crua entre os percentis de renda (ajustados pela PPP – média móvel de cinco percentis) e cada um dos fatores padronizados dos componentes principais extraídos e componentes do IDH-P posteriormente (gráfico 1).

O gráfico 1 e os sinais de correlação parciais da tabela 8 mostram que os componentes internos são em geral positivamente correlacionados com renda objetiva, enquanto os componentes externos apresentam padrões mais diversificados e menos determinados. As percepções internas de renda começam nos cinco percentis mais baixos, abaixo do nível da Nicarágua, o pior desempenho percebido. Os cinco percentis mais altos, por sua vez, coincidem com os níveis de percepção interna encontrados no Canadá.

As percepções internas das condições de trabalho seguem o mesmo caminho, indo de 0 nos primeiros cinco percentis de renda, nível encontrado em El Salvador, para 1 nos cinco percentis mais altos. Este último corresponde de novo ao nível de percepção interna de trabalho encontrado no Canadá.

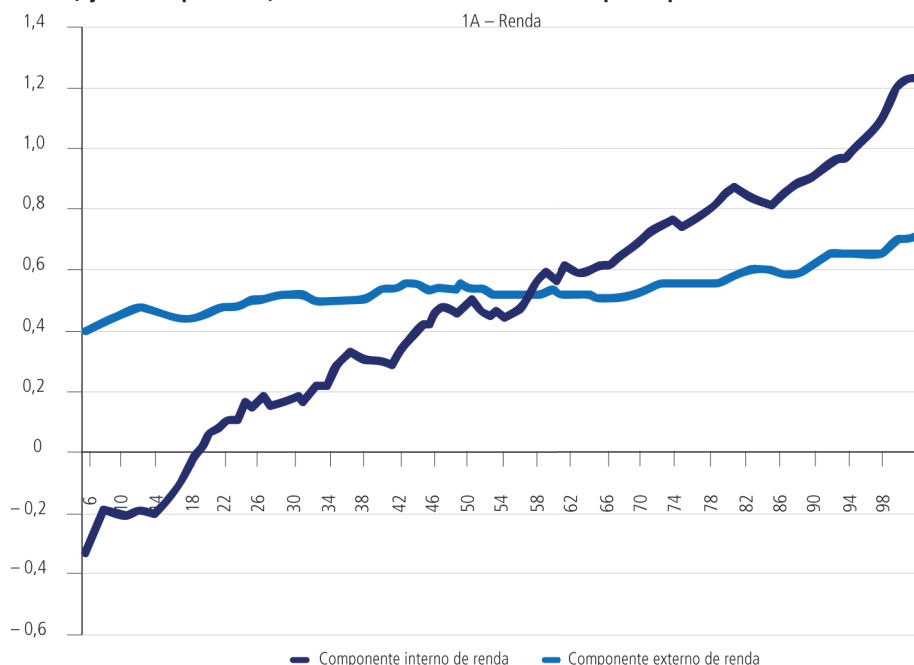
O primeiro índice de percepção interna da saúde apresenta também uma correlação positiva com a renda objetiva, encontrada em componentes de percepção interna de renda e trabalho. Apresenta-se também uma faixa similar à percepção interna das condições de trabalho, partindo de 0,10 nos primeiros cinco percentis, semelhante ao 0,12 alcançado na Bolívia – o nível mínimo 0 foi atingido no Peru –, para 0,95 no topo da distribuição de renda brasileira, mesmo nível observado na Costa Rica. O Canadá não estar na amostra e no topo estar a Guatemala são os principais resultados contraintuitivos. O outro componente interno de saúde, associado a percepções sobre deficiências mais permanentes, não apresenta uma relação monotônica com a renda.

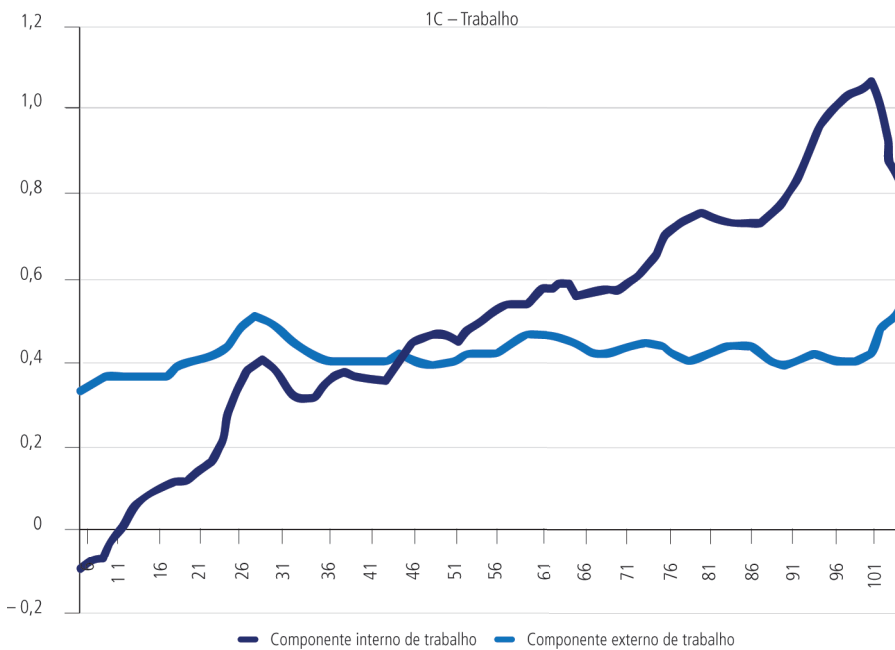
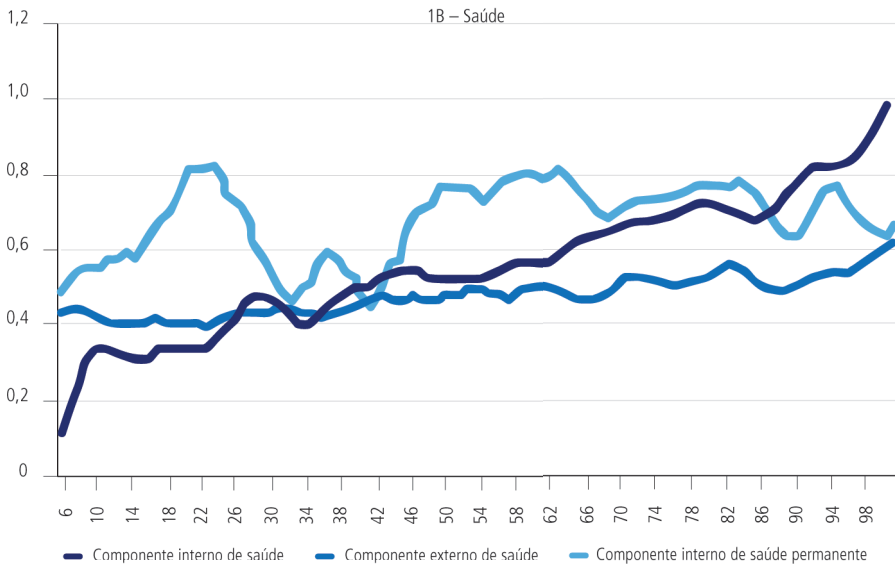
As percepções externas dos componentes do IDH-P apresentam um padrão menos claro quando se trata de renda. A tabela 8 apresenta

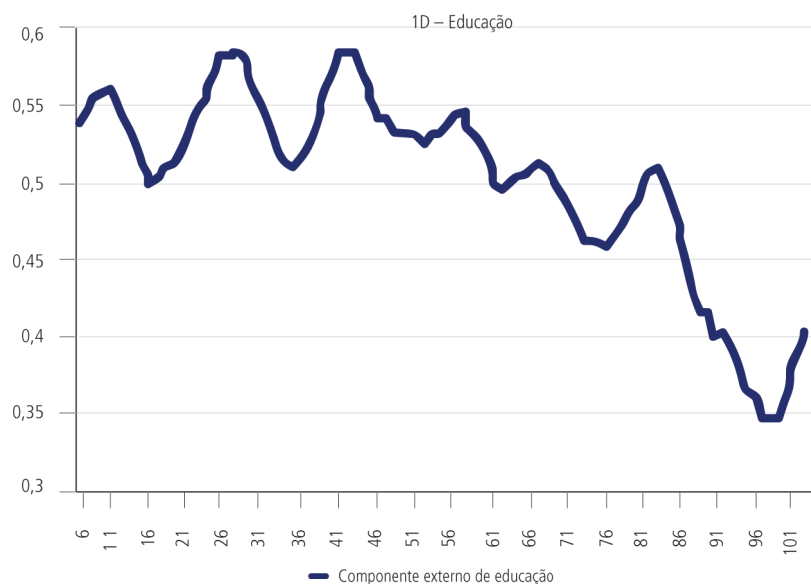
uma correlação, a partir de uma regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), usando esses fatores como variáveis endógenas para isolar o impacto da renda *per capita* nos componentes principais no nível de microdados. Estas regressões incluem variáveis *dummies* para sexo, tamanho da cidade, posição na família, presença de crianças e idosos, mais um termo de idade contínuo e efeitos fixos por país. A percepção de renda individual se expressa aqui em termos de privação, ou seja, maiores rendas reduzem a privação percebida e aumentam os componentes internos de trabalho e saúde. As percepções externas apresentam correlação muito menor com a renda, como no caso de condições externas de renda e educação, ou correlações não significativas, como é o caso das condições externas de trabalho e saúde. Este impacto menor sobre a percepção externa é claro no gráfico 1 e pode ser percebido como um sinal de consistência das expectativas entre os indivíduos localizados em diferentes pontos da distribuição de renda muito desigual da América Latina.

GRÁFICO 1

Renda objetiva e índices dos componentes do IDH-P – países da América Latina: principais componentes padronizados e percentis de renda domiciliar *per capita* (ajustados pela PPP) – média móvel centralizada no quinto percentil







Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

TABELA 8
Correlação parcial dos componentes do IDH-P com a renda objetiva

Componentes internos	Estimativa	<i>p</i> -valor
Privação de renda	-0,0005886	<0,0001
Trabalho	0,0003792	<0,0001
Saúde	0,000316	<0,0001
Saúde permanente	0,0000630	0,005
Componentes externos	Estimativa	<i>p</i> -valor
Renda	0,0001083	0,0004
Trabalho	0,0000548	0,1337
Saúde	-0,0000311	0,314
Educação	0,000063	0,005

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Obs.: o coeficiente de percepção interna de renda se refere à privação, daí seu coeficiente negativo.

Os dados do gráfico 1 e da tabela 8 reafirmam o que se esperaria intuitivamente. Examinando-se os componentes internos, observa-se que a privação de renda está negativamente correlacionada com a renda objetiva, enquanto as percepções internas de condições de trabalho, saúde e saúde

permanente se correlacionam positivamente com a renda. Partindo para os componentes externos, os dados da tabela 8 ilustram, assim como os gráficos, que a correlação das percepções externas com a renda objetiva é muito menor que a correlação das percepções internas. Além de menores, chegam até a não ser significativas estatisticamente em alguns casos, como na percepção externa de trabalho e, principalmente, de saúde. Note-se que não há um componente interno para educação, restringindo-se a análise ao seu componente externo.

4.2 O padrão do ciclo de vida nos componentes do IDH Percebido

O efeito da idade sobre os componentes do IDH-P é bastante diversificado, tal como mostra o gráfico 2. Mais uma vez, os componentes externos são menos sensíveis à idade que os componentes internos e ainda menores que a sensibilidade com a renda, conforme discutido anteriormente. O impacto mais direto da idade sobre as percepções é observado nos componentes internos de saúde, que podem ser tomados como a percepção do ciclo da vida em si. Ambos os componentes internos de saúde vão de 1, entre 16 e 20 anos de idade, a 0, a partir de 60 anos de idade. A diferença básica é que as percepções relacionadas com problemas de saúde mais permanentes deterioram-se mais acentuadamente após este período da idade, atingindo cerca de $-1,5$ aos 80 anos, enquanto a outra percepção interior de saúde fica em torno de $-0,27$ nesta idade. O componente externo de percepção de saúde é muito mais estável que os componentes interiores. Há uma ligeira melhora da percepção externa de saúde depois dos 50 anos de idade, o que pode indicar que os usuários mais intensivos de serviços de saúde têm percepções mais positivas.

O componente interno de condições de trabalho apresenta um formato de ciclo de vida em forma de corcunda que se assemelha à teoria de Franco Modigliani. Ele cruza o eixo horizontal de percepção interna de trabalho nula – o equivalente à média de percepções de trabalho de El Salvador – com a idade de 21 e 68 anos. O pico corresponde a 1 – média das percepções dos canadenses – e é alcançado com a idade de 41 anos. Há uma espécie de platô entre as idades de 30 e 55 anos, em que o índice está sempre acima de 0,8.

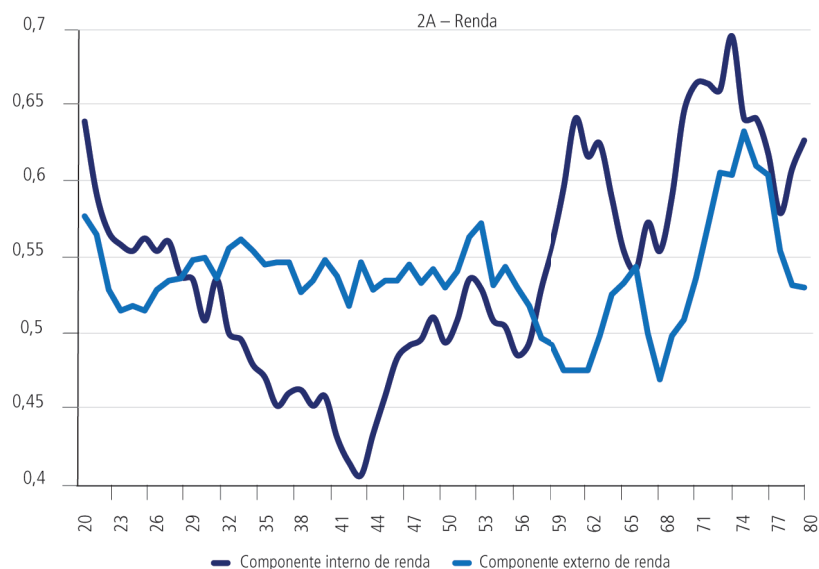
Sobre as percepções externas das condições de trabalho: o pior nível – em torno de 0,4 – é observado em indivíduos de meia-idade, enquanto o pico é atingido por indivíduos mais jovens ou mais velhos – de 0,6 em

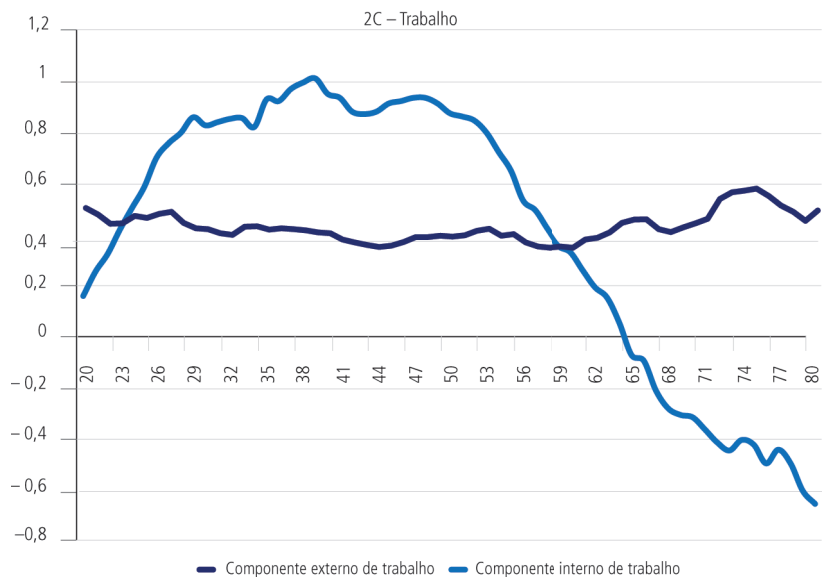
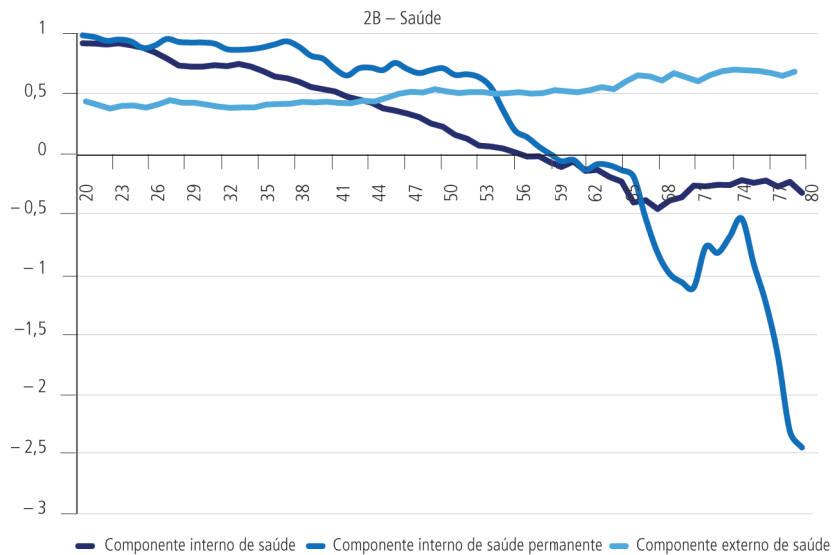
torno das idades de 20 e 77 anos. As percepções externas de educação não apresentam uma tendência clara, mas oscilam entre 0,45 e 0,65 até 68 anos de idade e aumentam um pouco em idades posteriores, atingindo o pico de 0,68 em torno de 77 anos. Ao contrário das percepções externas de saúde, aqueles com menos acesso ao serviço têm melhores percepções externas de educação. As probabilidades de ter filhos em casa também apresentam uma forma corcunda. O pico de 79% ocorre aos 35 anos de idade e os menores valores são observados em idades mais avançadas – 16,6% aos 80 anos de idade –, conforme mostrado no gráfico 3.

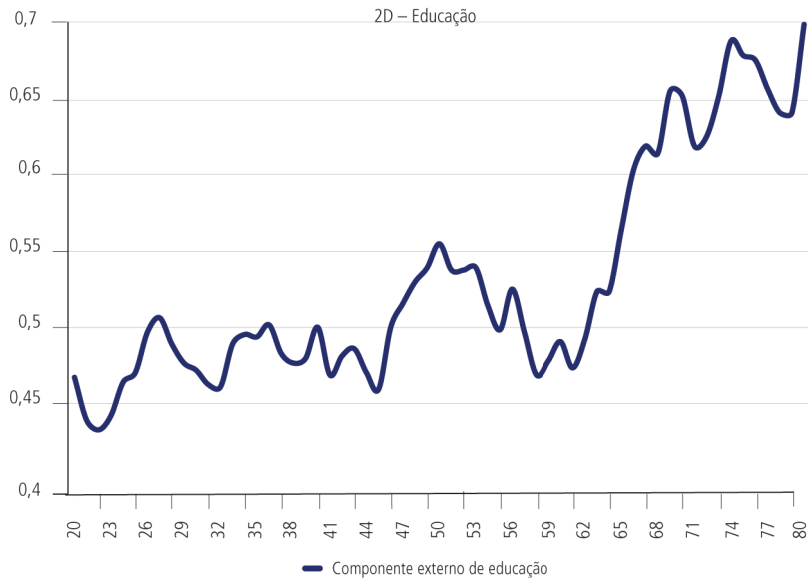
Finalmente, embora a percepção interna de renda oscile muito mais que a percepção externa, ambas as variáveis de composição dos perfis de ciclo de vida são bastante erráticas. Melhores percepções internas de renda são observadas em idades iniciais e finais.

GRÁFICO 2

Padrão do ciclo de vida dos componentes do IDH-P – países da América Latina: componentes principais padronizados – média móvel de cinco anos centralizada



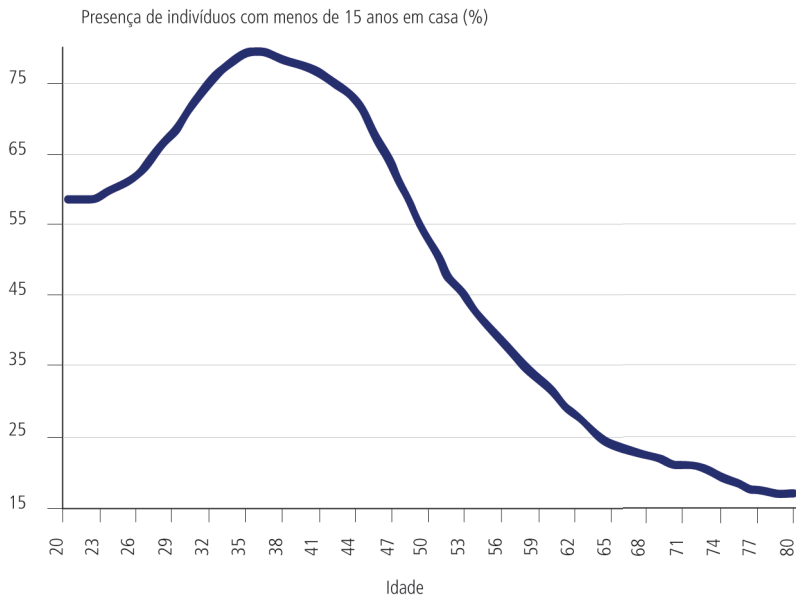




Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

GRÁFICO 3

Idade e presença de indivíduos com menos de 15 anos de idade em casa



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

5 A FORMAÇÃO DE PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO

5.1 A correlação entre os componentes do IDH e do IDH Percebido

Os conjuntos de resultados mostram a robustez dos sinais de correlação esperados entre os componentes objetivos do IDH e os subjetivos do IDH-P. Na tabela 9, usa-se o método de ACP não padronizado. Por exemplo, executam-se regressões dos componentes internos e externos de saúde do IDH-P contra o componente do IDH referente à saúde. No caso dos componentes do IDH-P relacionados ao trabalho, para os quais não há nenhuma contrapartida no IDH, usa-se o produto interno bruto (PIB) como indicador objetivo correspondente. Empregam-se diferentes especificações com relação aos controles. A primeira linha usa uma regressão constante, além do respectivo componente do IDH. A segunda linha adiciona os dois outros componentes do IDH nas regressões. A terceira linha adiciona características sociodemográficas em nível individual para as regressões da segunda linha.

Os resultados mostram associações estatisticamente significativas entre os componentes do IDH e os respectivos componentes do IDH-P com o sinal certo. Ou seja, um sinal negativo para a privação de renda e o índice de renda do IDH e uma associação positiva para todos os outros. A única exceção é o índice de educação objetivo e subjetivo na terceira linha da tabela 9, que apresenta um sinal negativo, mas estatisticamente não significativo.

Os respectivos componentes do IDH-P e do IDH agregados também apresentam uma relação positiva de resultados na mesma linha, apresentados no conjunto de gráfico 4. Em suma, o conjunto de resultados é consistente com os coeficientes de correlação esperados entre os ingredientes setoriais do IDH-P e seus ingredientes objetivos correspondentes do IDH.

TABELA 9
Correlação entre IDH-P desagregado a partir da ACP e respectivos componentes do IDH

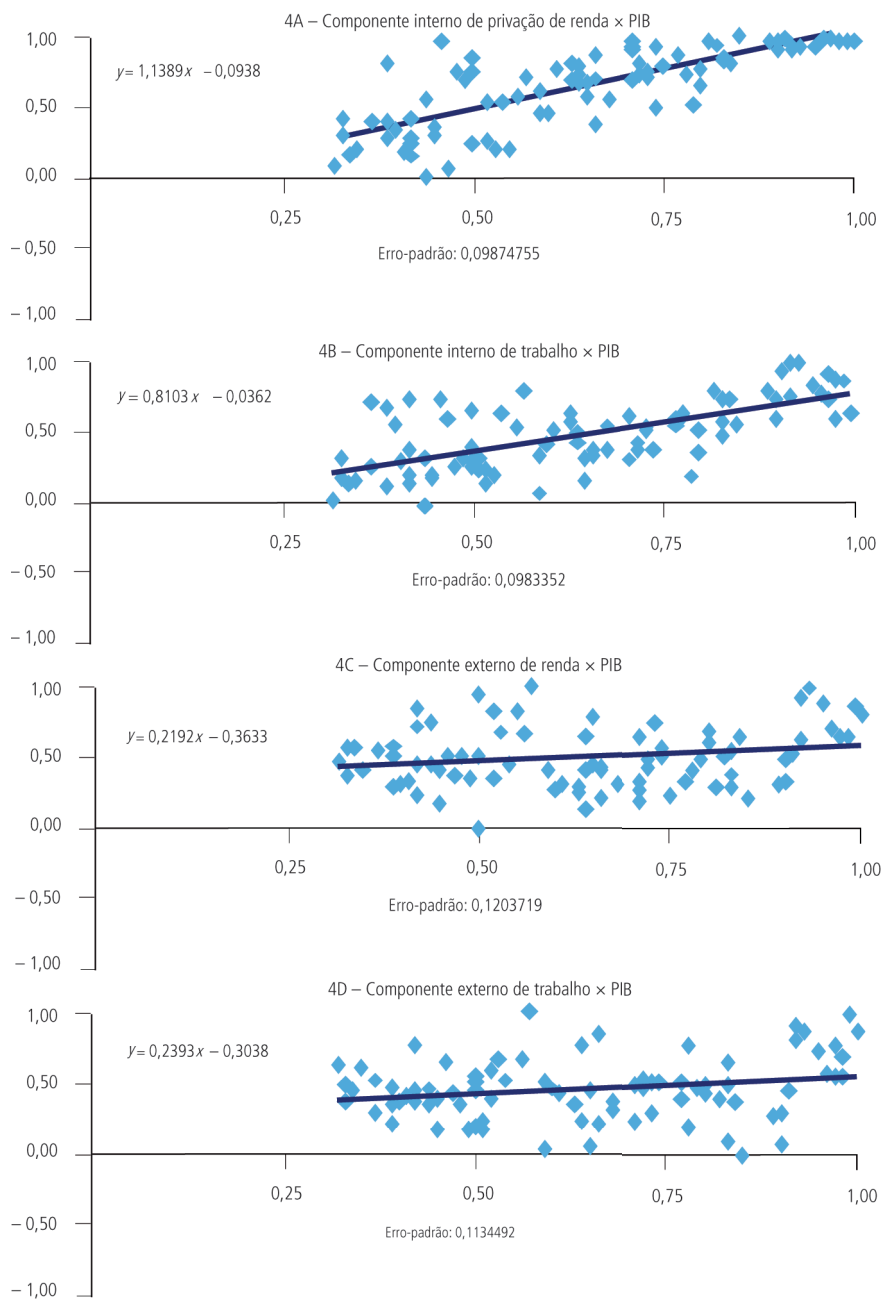
	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde	Componente externo de educação
Constante	-2,1215 <i>0,0212</i>	0,4959 <i>0,0240</i>	0,9885 <i>0,0224</i>	0,4454 <i>0,0234</i>	0,3779 <i>0,0235</i>	0,9461 <i>0,0225</i>	0,9245 <i>0,0194</i>
Constante + componente do IDH	-1,0093 <i>0,0413</i>	1,3433 <i>0,0447</i>	0,7912 <i>0,0394</i>	1,0933 <i>0,0398</i>	0,4378 <i>0,0414</i>	0,3862 <i>0,0390</i>	0,0876 <i>0,0337</i>
Constante + componente do IDH + características sociodemográficas ¹	-0,9051 <i>0,0559</i>	2,1301 <i>0,0651</i>	1,1801 <i>0,0565</i>	1,3348 <i>0,0602</i>	1,9013 <i>0,0920</i>	2,7852 <i>0,0891</i>	-0,6411 <i>0,0493</i>

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006; Human Development Report/United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>

Nota: ¹ As regressões incluem *dummies* para presença de crianças, idosos, sexo, posição na família e componentes do IDH.

Obs: os números em negrito correspondem aos coeficientes estimados. Os números em itálico, aos respectivos erros-padrão.

GRÁFICO 4
Correlação bruta entre IDH-P agregado e respectivos componentes do IDH



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006; Human Development Report/UNDP.

6 SATISFAÇÃO COM A VIDA E PESOS SUBJETIVOS DOS COMPONENTES DO IDH E DO IDH PERCEBIDO

6.1 Pesos específicos por setor no IDH Percebido e satisfação com a vida presente

Da mesma forma como foi feito no capítulo 10 com os componentes do IDH, investigaram-se os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do IDH-P para a satisfação com a vida no presente. Para se ter certeza, em primeiro lugar estimou-se uma regressão linear de mínimos quadrados restrita ao micronível em ambas as variáveis endógenas e exógenas, tendo em conta os componentes percebidos sobre a renda, a saúde e a educação descritos na seção 4.

A tabela 10 ilustra os pesos atribuídos aos componentes objetivos do IDH para a satisfação com a vida presente.

Desenvolve-se agora a análise dos componentes subjetivos do IDH-P, central para este capítulo. Os resultados da regressão sem a variável defasada apresentados na tabela 11 mostram um peso atribuído à percepção interna de renda de 64% (privação de renda); às percepções externas de renda, de 17,6%; à percepção interna de saúde, de 8,9%; e à externa de saúde, de 9,1%. A percepção externa de educação, por sua vez, teve peso nulo. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada um deles não é tão distante, em ordem de grandeza, da estimada a partir dos indicadores objetivos do IDH, relatados no capítulo 10, com a maior parte do peso atribuída ao rendimento (66% no IDH, contra 82% no IDH-P). A saúde (31% no IDH, 18% no IDH-P) e a educação (menos de 3% no IDH, 0% no IDH-P) possuem pesos menores no último modelo. É preciso ter em mente que o componente de renda aqui não está apenas relacionado com a renda média, mas também com a percepção interna de privação de renda, o que pode explicar intuitivamente o maior peso. Inversamente, as percepções de educação consideradas no questionário são apenas externas, e em geral coeficientes internos tendem a estar mais fortemente ligados à satisfação com a vida, o que pode explicar o menor peso.

TABELA 10
Pesos específicos por setor no IDH e satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	2,6338	0,0292	1,7972	0,0259
Satisfação com a vida passada			0,4531	0,0025
Matrícula bruta	0,0224	0,0007	0,0095	0,0006
Alfabetização	0,003	0,0005	0,0016	0,0005
PIB	0,6643	0,0564	0,388	0,0493
Saúde	0,3103	0,0564	0,1478	0,0493
Restrito	3429,1786	66,2861	2193,4957	57,0434

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

TABELA 11
Pesos específicos por setor no IDH-P e satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	4,6571	0,0103	2,5847	0,0159
Satisfação com a vida passada			0,4566	0,0029
Privação de renda	0,6423	0,0108	0,5218	0,0092
Componente externo de renda	0,1765	0,0083	0,3355	0,0072
Componente interno de saúde	0,0892	0,0080	0,1169	0,0068
Componente externo de saúde	0,0907	0,0090	0,0405	0,0076
Educação	0,0014	0,0090	-0,0147	0,0077
Restrito	14402,0000	229,4644	6592,2430	187,8226

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

Como discutido na introdução, uma vez que as questões de percepções de trabalho desempenham um papel central na literatura de felicidade, replica-se o mesmo exercício com as duas variáveis de trabalho adicionais. Os resultados da regressão linear de mínimos quadrados restrita novamente sem variável defasada, apresentados na tabela 12, mostram um peso atribuído à percepção interna de trabalho de 4,2%; percepção externa de trabalho de praticamente 0%; percepções internas de renda (privação de renda) de 60%; percepções externas de renda de 18,4%; percepção interna de saúde de 7,7% e externa de 8,3%; e percepção externa de educação novamente teve peso quase nulo.

TABELA 12
Pesos específicos por setor no IDH-P e satisfação com a vida presente (incluindo as variáveis de trabalho)

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	4,6743	0,0117	2,6450	0,0175
Satisfação com a vida passada			0,4508	0,0032
Privação de renda	0,5989	0,0128	0,4627	0,0110
Componente externo de renda	0,1842	0,0100	0,3180	0,0086
Componente interno de trabalho	0,0418	0,0087	0,0633	0,0075
Componente externo de trabalho	0,0064	0,0101	0,0387	0,0086
Componente interno de saúde	0,0770	0,0088	0,1036	0,0076
Componente externo de saúde	0,0838	0,0098	0,0317	0,0084
Educação	0,0078	0,0098	-0,0180	0,0084
Restrito	12428,0000	203,9666	6165,5856	168,0315

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

6.2 Ranking do IDH Percebido sintético

Elaborou-se um *ranking* agregado do IDH-P sintético para os 109 países com dados subjetivos disponíveis na amostra mundial do Gallup World Poll de 2006, usando-se principalmente os componentes percebidos sobre as pessoas acerca delas mesmas e não os componentes externos do país (tabela 13). Utilizaram-se pesos iguais para os três componentes – isto é, um terço para a percepção interna de renda, um terço para a percepção interna de saúde e um terço para a percepção externa de educação. É importante ressaltar que

se empregou o componente externo para a educação por não se possuir um componente de avaliações subjetivas internas para esta variável.

O Brasil se situa em 62º lugar do *ranking* agregado de IDH-P. Pela métrica de pesos iguais, o pódio de países do IDH-P sintético seria Singapura, Finlândia e Irlanda. Singapura é o 25º e a Finlândia ocupa o 11º lugar na classificação do IDH, liderada por outros países nórdicos – Islândia e Noruega (líder do *ranking* mundial de felicidade). Existe uma forte correlação de *ranking* entre os indicadores do IDH e do IDH-P, de 0,7. No outro extremo da listagem, os três últimos são Haiti, Chade e Ucrânia, cuja posição surpreende, mas na verdade é acompanhada de outros países que fizeram parte do antigo bloco soviético. As percepções de qualidade de vida das pessoas destes países em franca decadência têm chamado a atenção dos analistas, ao passo que, no caso reverso, ocupam posições de destaque países produtores de petróleo beneficiados pelo terceiro choque em curso na época da pesquisa, como Emirados Árabes (quarta posição), Kuwait (sexta posição) e Arábia Saudita (21ª posição). Estes dados sugerem que não só o nível das variáveis mas também a sua taxa de crescimento recente parecem impactar fortemente as percepções de qualidade de vida das pessoas. Cabe destacar também que a Costa Rica foi o país americano mais bem colocado no *ranking* do IDH-P (26ª posição), ressaltando-se que os Estados Unidos e o Canadá, por falta de dados subjetivos de percepções, não entraram na lista.

TABELA 13
IDH-P sintético – classificação de 109 países selecionados (2006)

Posição	País	IDH-P
1ª	Singapura	0,96
2ª	Finlândia	0,94
3ª	Irlanda	0,94
4ª	Emirados Árabes Unidos	0,94
5ª	Áustria	0,92
6ª	Kuwait	0,92
7ª	Bélgica	0,90
8ª	Suíça	0,90
9ª	Nova Zelândia	0,90

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
10ª	Tailândia	0,90
11ª	França	0,90
12ª	Dinamarca	0,88
13ª	Laos	0,88
14ª	Chipre	0,87
15ª	Holanda	0,87
16ª	Austrália	0,87
17ª	Suécia	0,87
18ª	Noruega	0,86
19ª	Itália	0,85
20ª	Reino Unido	0,85
21ª	Arábia Saudita	0,84
22ª	Espanha	0,84
23ª	Taiwan	0,84
24ª	Portugal	0,82
25ª	Jordânia	0,82
26ª	Costa Rica	0,82
27ª	Panamá	0,82
28ª	Nepal	0,80
29ª	Japão	0,79
30ª	Vietnã	0,79
31ª	Jamaica	0,79
32ª	Eslovênia	0,78
33ª	Alemanha	0,75
34ª	Botswana	0,75
35ª	Trinidad e Tobago	0,75
36ª	República Tcheca	0,75
37ª	Indonésia	0,71
38ª	Eslováquia	0,71
39ª	Sri Lanka	0,70
40ª	El Salvador	0,70

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
41ª	Líbano	0,68
42ª	Uruguai	0,68
43ª	Honduras	0,68
44ª	Colômbia	0,68
45ª	Venezuela	0,67
46ª	Gana	0,67
47ª	Argélia	0,67
48ª	Índia	0,66
49ª	Coreia do Sul	0,65
50ª	Paraguai	0,65
51ª	Argentina	0,65
52ª	Letônia	0,64
53ª	México	0,64
54ª	Guatemala	0,63
55ª	Bangladesh	0,63
56ª	República Dominicana	0,63
57ª	Senegal	0,63
58ª	Mauritânia	0,63
59ª	Irã	0,62
60ª	Hungria	0,62
61ª	Chile	0,62
62ª	Brasil	0,61
63ª	Zâmbia	0,61
64ª	Moçambique	0,61
65ª	Filipinas	0,59
66ª	Polônia	0,59
67ª	Grécia	0,58
68ª	Paquistão	0,58
69ª	Equador	0,57
70ª	Nicarágua	0,56
71ª	Bolívia	0,56

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
72 ^a	Lituânia	0,56
73 ^a	Bielorrússia	0,55
74 ^a	Quênia	0,54
75 ^a	Madagascar	0,53
76 ^a	Tanzânia	0,53
77 ^a	Cazaquistão	0,53
78 ^a	Ruanda	0,51
79 ^a	Malawi	0,50
80 ^a	Azerbaijão	0,50
81 ^a	Palestina	0,50
82 ^a	Nigéria	0,49
83 ^a	Etiópia	0,49
84 ^a	Afganistão	0,48
85 ^a	Iémen	0,47
86 ^a	Níger	0,47
87 ^a	Peru	0,47
88 ^a	Zimbabwe	0,46
89 ^a	Romênia	0,46
90 ^a	Tajiquistão	0,45
91 ^a	Quirguistão	0,44
92 ^a	Burkina Faso	0,44
93 ^a	Marrocos	0,44
94 ^a	Camarões	0,43
95 ^a	Turquia	0,42
96 ^a	Mali	0,42
97 ^a	Armênia	0,40
98 ^a	Togo	0,40
99 ^a	Camboja	0,38
100 ^a	Serra Leoa	0,38
101 ^a	Uganda	0,37
102 ^a	Angola	0,36

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
103 ^a	Rússia	0,34
104 ^a	Moldova	0,34
105 ^a	Burundi	0,32
106 ^a	Benin	0,29
107 ^a	Ucrânia	0,27
108 ^a	Chade	0,15
109 ^a	Haiti	0,09

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.
Elaboração do autor.

7 CONCLUSÃO

O capítulo objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população em um indicador subjetivo sintético. Inicialmente, forneceu-se uma visão global das prioridades de políticas públicas da população brasileira *vis-à-vis* a população mundial por meio do questionário da pesquisa *Meu mundo*, da ONU. As prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. A saúde aparece em 85,5% dos questionários brasileiros, enquanto a educação aparece em 81,8% dos questionários. Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam, saúde, educação e renda.

O senso comum diz que a felicidade pode ser considerada o objetivo final na vida de uma pessoa. O estudo de satisfação com a vida tem, portanto, um interesse intrínseco, bem como outras motivações, tais como a avaliação de políticas econômicas alternativas e a solução de enigmas empíricos da economia. O Gallup World Poll, que abrange mais de cem países, tem ampliado o horizonte geográfico desta discussão, além de permitir avaliar as percepções das pessoas com relação a diferentes políticas sociais setoriais. O primeiro objetivo do trabalho é construir um arcabouço na linha de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P) usando-se os componentes do IDH, ou seja, indicadores de renda, saúde e educação, em sua versão subjetiva. Da mesma forma, investigaram-se neste capítulo os

pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P, que são comuns aos indicadores setoriais do IDH, para a satisfação com a vida atual dos indivíduos. Os resultados da regressão mostram um peso de 64,2% atribuído à percepção interna de renda e um de 17,6% para a percepção externa deste componente. A percepção interna de saúde obteve peso de 8,9% e a externa de 9,1%, enquanto a percepção externa de educação teve peso nulo. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada elemento, embora diferente da igualdade de pesos do IDH padrão, não é distante, em ordem de grandeza, dos pesos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida realizada com indicadores objetivos do IDH.

REFERÊNCIAS

KENNY, A.; KENNY, C. **Life, liberty and the pursuit of utility**. Exeter: Imprint Academic, 2006.

NERI, M. **A perceived human development index**. *In*: LATIN AMERICAN MEETING OF THE ECONOMETRIC SOCIETY, 2008, Rio de Janeiro.

ROJAS, M. A conceptual-referent theory of happiness: heterogeneity and its consequences. **Social indicators research**, v. 74, n. 2, p. 261-294, 2005.

SEN, A. Rights and capabilities. *In*: _____. **Resources, values and development**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

VEENHOVEN, R. The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life. **Journal of happiness studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLANCHFLOWER, D. G.; OSWALD, A. Well-being over time in Britain and the USA. **Journal of public economics**, v. 88, p. 1.359-1.386, 2004.

DEATON, A. **Income, aging, health and wellbeing around the world: evidence from the Gallup World Poll**. Cambridge, United States: NBER, 2007. (NBER Working Paper, n. 13.317).

DIENER, E.; OISHI, S. Money and happiness: income and subjective well-being nations. *In*: DIENER, E.; EUNKOOK, M. S. (Ed.). **Culture and subjective well-being**. Cambridge, United States: MIT Press, 2000. p. 185-218.

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? *In*: DAVID, P. A.; MELVIN, W. R. (Ed.). **Nations and households in economics growth**: essays in honor of Moses Abramovitz. New York: Academic Press, 1974. p. 89-125.

FREY, B.; STUTZER, A. **Happiness and economics**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

O FUTURO, O PAÍS E A AGENDA DO “PAÍS DO FUTURO”

Marcelo Neri*

1 INTRODUÇÃO

Um autor pode abordar o futuro e escrever sobre ele a partir de diferentes perspectivas: o seu próprio olhar sobre como será o futuro ou a visão das pessoas a respeito de como elas estarão no futuro. Ainda, pode adotar uma visão normativa de como ele gostaria que a vida fosse, ou ter um olhar positivo de como a vida é. Assim, um autor pode: *i*) dar a sua visão sobre os principais desafios futuros da sociedade brasileira no campo das políticas públicas; ou *ii*) realizar um exercício descritivo e interpretativo de como os brasileiros enxergam o seu futuro. Este capítulo optou pela segunda abordagem.

Lança-se mão aqui de dados objetivos sobre a subjetividade das pessoas, derivados de pesquisas feitas com indivíduos de 15 anos ou mais de idade de mais de uma centena de países. O caráter internacional permite diferenciar a visão brasileira daquela do resto do mundo. O Sistema de Indicadores sobre Percepção Social (SIPS) do Ipea começou, a partir de 2012, a replicar o mesmo tipo de pergunta a uma amostra representativa do país e de suas regiões, o que possibilita avaliar a distribuição deste tipo de percepção ao longo do território brasileiro.

Em termos substantivos, revelam-se dois tipos de evidências sobre questões recorrentes no contexto brasileiro. O primeiro é a existência de um alto otimismo de cada filho deste solo em relação ao seu futuro. Este elemento foi captado por uma alta expectativa de satisfação individual com a vida cinco anos mais tarde. Este dado permitiria entender a denominação frequentemente associada ao Brasil como o país do futuro, além de fornecer pistas relativas a problemas derivados de como o brasileiro individualmente encara o tempo vindouro, como a baixa taxa de poupança doméstica e a alta taxa de juros aqui vigentes.

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

O segundo aspecto aqui abordado se refere à baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância entre a visão de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este elemento seria consistente com a maior importância assumida no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas. Estes problemas tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade.

O enfrentamento de problemas coletivos pauta os principais avanços aqui ocorridos nos últimos quarenta anos, tais como a instituição gradual da democracia a partir de meados dos anos 1970, a estabilização da inflação a partir dos anos 1990 e, já no século XXI, a queda da desigualdade de renda. A nova agenda de transformações que se coloca hoje no país tem esta natureza coletiva, como os problemas urbanos brasileiros, quais sejam, mobilidade urbana, esgoto e segurança, além de outros problemas que afligem o país, como desmatamento e corrupção.

O capítulo está dividido em três seções, além desta breve introdução. Na segunda seção, analisam-se aspectos ligados à visão temporal dos indivíduos, tal como captados por índices de felicidade futura. Na terceira seção, trata-se da perspectiva do brasileiro sobre a felicidade geral da nação no futuro, que representaria a relação das partes com o todo. Abordam-se, à luz da ótica de problemas de ação coletiva, as principais mudanças brasileiras ocorridas ao longo das últimas cinco décadas. A quarta seção conclui analisando as implicações práticas para a agenda do país da alta dissonância existente no Brasil entre as expectativas sobre a felicidade individual e aquelas sobre a felicidade geral da nação.

2 O PAÍS DO FUTURO

Os dados do Gallup World Poll de 2006 sobre a satisfação com a vida estão disponíveis em uma amostra de 150 mil entrevistados em 132 países. Em uma escala de 0 a 10 de felicidade presente, a Dinamarca ocupava a liderança, com 8,02 pontos, e o Togo ocupava a última posição, com 3,2. O Brasil estava numa posição mais para nação europeia que para africana, atingindo 6,64 e se situando acima do padrão internacional de felicidade dado o seu produto interno bruto (PIB) *per capita*. O Brasil estava, entre

132 países, na 22^a posição em satisfação com a vida presente e na 52^a posição em PIB *per capita* nesta mesma lista de países.¹

Para além da satisfação presente com a vida, abordada no capítulo 10, detalham-se aqui questões sobre a satisfação com a vida cinco anos após a realização da pesquisa, conforme o mapa 1 ilustra.

O Brasil ocupou, em todas as edições realizadas da pesquisa entre 2006 e 2010, o lugar mais alto do pódio de felicidade futura com relação a 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Para se ter uma ideia da força desta regularidade empírica, a probabilidade de isto acontecer num sorteio aleatório é de vinte em 1 trilhão, evento de raridade maior que a probabilidade de um indivíduo acertar o sorteio da Mega-Sena, que equivale a acertar a sequência de seis números em sessenta. A positividade do brasileiro em relação ao futuro *vis-à-vis* outros povos é a regularidade empírica mais forte que o autor deste capítulo encontrou nos últimos anos em suas pesquisas.

Na última pesquisa do Gallup World Poll, de 2010, o brasileiro, numa escala de 0 a 10, dá uma nota média de 8,60 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, superando todos os demais países da amostra. A média global e a mediana eram 6,7. Este dado permite entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, cunhada por Stefan Zweig em 1941.²

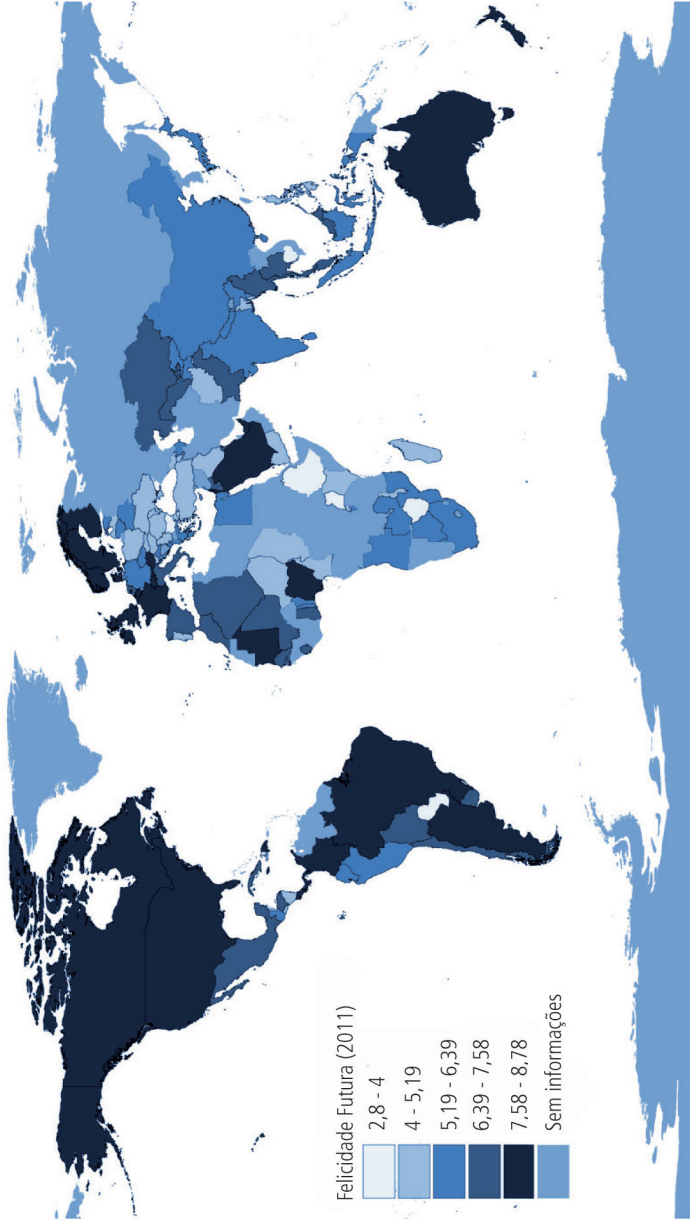
Entre 153 países, os demais países dos BRICS estão nas seguintes posições no *ranking* de felicidade futura em 2015: a África do Sul é o 27^o colocado, com nota de 7,7; a Rússia, com 6,4, ocupa a 105^a posição; a China, com nota 6,2, é o 111^o colocado; e a Índia, com 6,1, está em 119^o lugar.

O brasileiro supera o dinamarquês, líder mundial de felicidade presente e 11^o do *ranking* de felicidade futura. Os *lanterninhas* são a Síria – país que vem enfrentando uma situação política conturbada – e o Burundi – país mais pobre do continente africano.

1. DEATON, A. *The great escape: health, wealth and the origins of inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2013. 360 p.

2. ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2006. 264 p.

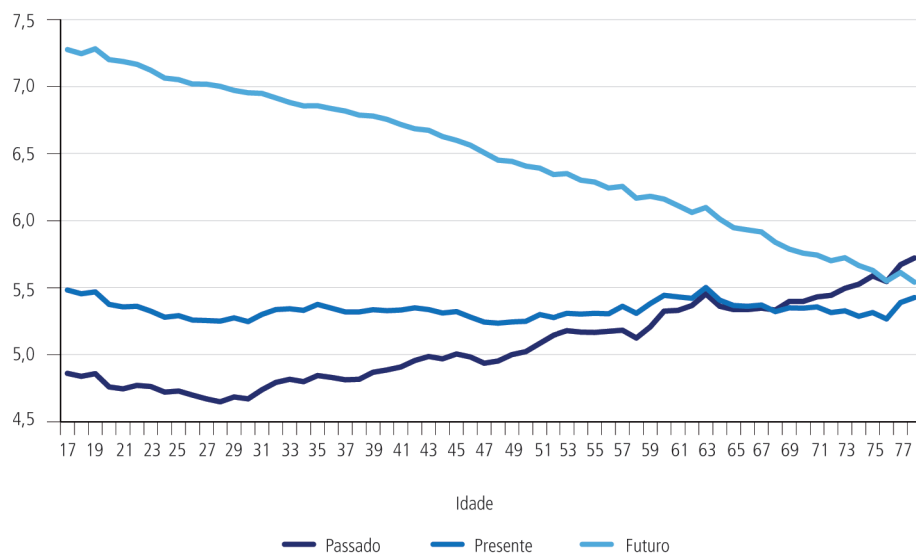
MAPA 1
Felicidade futura – satisfação com a vida em cinco anos (2011)



2.1 País jovem

A satisfação com a vida no presente é relativamente estável ao longo do ciclo da vida. Por sua vez, a satisfação prospectiva de um cidadão do mundo com a vida cai com a idade em todos os países e anos analisados. Tomando-se como exemplo a felicidade futura de 2011, pesquisada em 2006, esta sai de 7,41 pontos aos 15 anos de idade e chega até 5,45 para aqueles com mais de 80 anos, quando as felicidades presente e futura se equivalem (gráfico 1). Na idade das debutantes, a média futura é cerca de 2 pontos mais alta que a média de felicidade presente.

GRÁFICO 1
Satisfação com a vida em diferentes momentos e ciclo de vida – média móvel de cinco anos¹



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

Nota: ¹ A série começa centralizada na idade de 17 anos, número gerado a partir do cálculo da média de 15 a 19 anos. Ela segue a mesma métrica até chegar ao último ponto, que é a idade de 78 anos, número gerado a partir da média de 76 anos até 80 anos ou mais.

A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade em si, mas pela atitude da pessoa diante do futuro. O jovem acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Como se viu, para o brasileiro mediano, já era particularmente alta a expectativa em relação ao futuro, mais alta que em qualquer um dos outros países pesquisados. Ou seja, o Brasil é campeão mundial de felicidade futura, ou de atitude jovem. Há uma interpretação

que permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros. Mais que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos é 9,29, também superior a qualquer outro país pesquisado. Nas cinco pesquisas analisadas, a nota média do jovem brasileiro nunca caiu para abaixo de 9, ao passo que resultado deste nível não foi observado entre os jovens em nenhum dos mais de cem países analisados.

3 A FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO

A vida de cada brasileiro vai melhor que a do coletivo de brasileiros, leia-se, do Brasil. Na pergunta subjetiva sobre a expectativa da satisfação de vida de cada pessoa em cinco anos, a média brasileira foi sempre a maior. Na pergunta que se refere à nota do país no mesmo período e na mesma escala, a nota cai 2 pontos, indo para 6,8 em 2006. O Brasil era o nono em 160 países do mundo com maior diferença de notas individuais e coletivas. A felicidade geral da nação é menor que a soma das felicidades de cada um. Como cada brasileiro pode dar uma nota tão alta para sua vida e dar uma nota tão baixa para a vida de todos? Eis a questão.

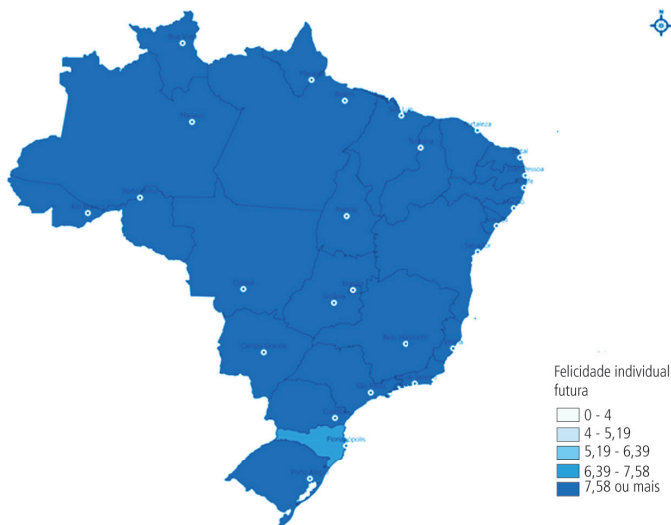
Antes de tentar entender a dissonância entre as percepções sobre a felicidade individual e a coletiva, é importante notar a sua constância no universo de pesquisas disponíveis. Os resultados de outra pesquisa do Gallup de 2008 mostram que a expectativa de satisfação geral da nação para os cinco anos seguintes continuava em 6,8 pontos, enquanto a expectativa de felicidade individual na mesma data era de 8,68 pontos.

A fim de atualizar esta questão para os dias atuais, o Ipea incluiu as mesmas perguntas do Gallup em pesquisa de campo com cerca de 3.800 indivíduos com 15 anos ou mais de idade, entrevistados em abril de 2013. Houve manutenção da avaliação da felicidade geral da nação para 2013 em 6,8, demonstrando sua inércia. Neste ínterim houve queda da felicidade individual para 8,46, o que pode estar conectado com a ocorrência de manifestações populares em julho de 2013.

A distribuição geográfica de ambas as expectativas entre as Unidades da Federação (UFs) brasileiras está representada na mesma escala nos

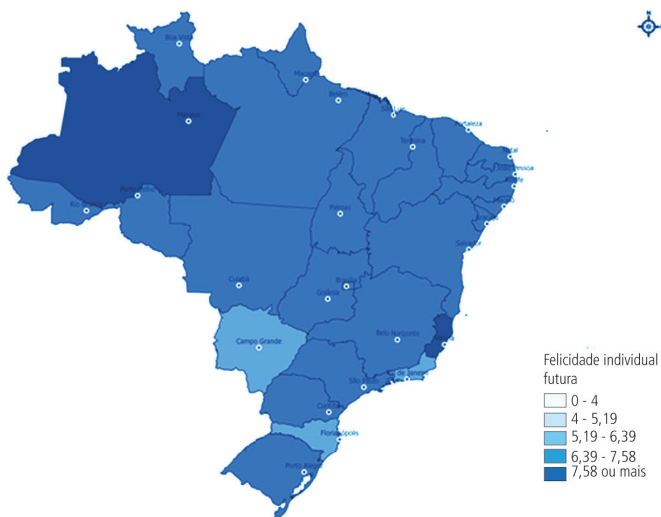
mapas 2 e 3. Neles nota-se o tom mais escuro das expectativas individuais *vis-à-vis* as coletivas em todas as 27 UFs.

MAPA 2
Expectativa de satisfação com a vida individual (2018)



Fonte: Microdados do SIPS/Ipea 2013.

MAPA 3
Expectativas de satisfação com a vida coletiva (2018)



Fonte: Microdados do SIPS/Ipea 2013.

3.1 O coletivo de brasileiro

A dissonância entre as percepções de cada brasileiro sobre sua vida e sobre a vida de todos os brasileiros é uma marca tupiniquim, como a jabuticabeira. Talvez fruto destas percepções, os grandes problemas brasileiros sejam de natureza coletiva, e não individual. Não que os últimos não sejam problemas aqui relevantes, pois em todas as partes sempre o são. Porém, a dificuldade diferenciada enquanto nação, em comparação às demais, está mais na relação entre pessoas. Isto é, o problema do Brasil é mais do Brasil como um todo que de cada brasileiro. Os problemas coletivos são concretamente a desigualdade, a inflação, a informalidade, a violência, a falta de democracia, entre outros. Mas por que chamá-los de problemas coletivos? A desigualdade, ao contrário da pobreza, é um conceito relacional que não existe no indivíduo tomado isoladamente. Não se pode dizer que uma pessoa é desigual, mas se diz que uma pessoa é ou não é pobre. O Brasil não é um país pobre, mas tem muitos pobres, pois é desigual. Muitos têm pouco, enquanto poucos têm muito.

A pobreza brasileira resulta da alta desigualdade, e não da baixa renda média. Deriva de um problema inerente ao coletivo brasileiro. Similarmente, a violência é de natureza relacional, de um contra todos e de todos contra um. Isto se aplica tanto na agressão dos assaltos e dos homicídios como na violência do trânsito. Mais uma vez, refletem problemas de relacionamento entre brasileiros. E o suicídio, não é violência? O suicídio é uma violência da pessoa contra ela mesma, mas a taxa brasileira de suicídio é relativamente baixa em comparação com a de outros países “mais civilizados”, como a Suécia e o Japão. O problema da violência aqui presente é de natureza coletiva.

A informalidade é outro problema de relacionamento de pessoas físicas e jurídicas em relação ao Estado, materializada na evasão fiscal ou na ocupação do espaço público que a princípio deveria ser de todos. A falta de instituições e práticas democráticas é outra dimensão mais óbvia desta dificuldade de funcionamento em coletividade. Finalmente, há a inflação, com um destaque maior. Apesar de se ter feito a estabilização há quinze anos no lançamento do Plano Real, o Brasil no período de 1970 a 2008 é o segundo país do mundo em inflação acumulada, só perdendo para o Congo. O fenômeno da inflação guarda sempre conflitos distributivos, seja na disputa entre o Estado e a população em geral na busca do imposto inflacionário, seja no velho conflito capital *versus* trabalho. A disputa entre diferentes atores por parcelas no bolo

de renda, traduzidas em reajustes dos respectivos preços, salários, câmbio, impostos e tarifas públicas, geraria a chamada irracionalidade coletiva.

As externalidades negativas emanadas pelo oportunismo individualista fazem com que o todo seja menor que a soma das partes. Este fenômeno é objeto de vários clássicos brasileiros, como os de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Matta, só para citar alguns.

3.2 Décadas

A novidade das últimas décadas é que o Brasil pôde, graças à melhora de relacionamentos, dar um salto enquanto sociedade. As décadas de 1960 e 1970 foram de crescimento, com o *milagre econômico brasileiro* a partir do golpe militar de 1964. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear devido ao choque do petróleo, houve o começo da distensão política, logo após a vitória eleitoral da oposição em 1974. O processo culmina nos anos 1980, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento Diretas Já de 1984. Os anos 1980 terminaram com eleição direta para presidente, e com recordes históricos de desigualdade e inflação, que marcam a agenda das décadas seguintes. Os anos 1990 podem ser chamados de década da estabilização, após o advento do Plano Real em 1994. Os anos 2000 podem ser considerados a década da queda da desigualdade de renda, já a partir de 2001. Em 2004, a redução de desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira. Isto é, registraram-se conquistas em dois históricos problemas coletivos, desigualdade e informalidade. Ao mesmo tempo, consolidaram-se as frentes da redemocratização e da estabilidade econômica. Depois das turbulências financeiras associadas ao pleito de 2002, o choque de confiança dado no sistema valeu como uma espécie de segundo Plano Real.

A volta do crescimento, desde 2004, torna o processo redistributivo um jogo de somas positivas, em que o ganho de maiores fatias do bolo pelos mais pobres não implica perdas absolutas dos mais ricos. É mais fácil pensar em prol da coletividade quando perdas não estão sendo repartidas. No período iniciado em 2004, tem-se desenvolvimento inclusivo, combinando queda de desigualdade com crescimento de renda e geração de empregos formais. A multiplicação das carteiras de trabalho, depois

do fim da recessão de 2003, é o maior símbolo da nova classe média que emerge na última década.³

Na tradicional metáfora das décadas, deve-se esquecer o calendário gregoriano, já que os pontos de inflexão das inovações centrais de cada uma das décadas não foram no início de cada uma delas, mas coincidentemente em anos terminados em 4: 1964 (golpe militar), 1974 (início da abertura política), 1984 (Diretas Já), 1994 (Plano Real) e 2004 (ascensão da nova classe média). Isto sem falar no suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

Todas estas conquistas coletivas estão em movimento. A possibilidade de avanço é proporcional ao estoque de problemas existente. Que novo avanço buscar para 2014, para além da Copa do Mundo de futebol, o derradeiro evento coletivo? As manifestações populares de junho de 2013 trazem gritos de mudança, a começar pelo transporte público, pelo combate à corrupção, pela qualidade dos serviços de saúde e educação. Estratos superiores perderam espaço na última década no bolo de renda nacional e tiveram capacidade de mobilização impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação. Aliados às aspirações da agora não tão nova classe média, colocam na ordem do dia novas mudanças. Mas esta será uma nova história.

4 CONCLUSÃO

A tese central do capítulo fala da relação de cada brasileiro diante do tempo vindouro e da coletividade. No primeiro ponto, o Brasil é pentacampeão mundial invicto de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. O Brasil já ocupava o primeiro lugar na expectativa com relação a 2011, 2012, 2013 e 2014. Estes dados subjetivos permitem entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, criada há setenta anos por Stefan Zweig. Também permitem entender por que o país possui uma baixa taxa de poupança e uma alta taxa de juros, por exemplo.

O jovem, tal como o brasileiro, também acredita que o melhor da vida ainda está por vir. A satisfação prospectiva de um cidadão da aldeia global declina ao longo do ciclo de vida. Mais que um país de jovens na sua

3. NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012. 312 p.

composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos foi sempre acima de 9 pontos nos cinco anos analisados, marca nunca atingida pelos jovens de mais de uma centena de países pesquisados. Assim, o Brasil é campeão mundial de felicidade futura ou de atitude jovem. Isto possibilita reconciliar duas qualificações frequentemente atribuídas ao Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros.

O outro aspecto aqui abordado se refere a uma relativamente baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este segundo elemento seria consistente com uma maior importância no contexto nacional de problemas associados a ações coletivas, que tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. Problemas como alta inflação e alta desigualdade, nos quais o Brasil se destacava negativamente em termos internacionais, foram objeto dos principais avanços da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

CONCLUSÃO

Marcelo Neri*
Fabio Schiavinatto**
(Organizadores)

Mensurar a percepção das pessoas sobre as ações adotadas pelo Estado, a partir de seus impactos e efeitos, pode constituir uma relevante fonte de informação para subsidiar a elaboração e a avaliação dos resultados das políticas públicas.

O conhecimento da visão das pessoas aliado aos dados objetivos tradicionalmente observados pela maior parte das pesquisas realizadas pelos seus parceiros institucionais permitem ao Ipea aprimorar e qualificar suas avaliações sobre as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, integrando de maneira mais equilibrada as dimensões de efetividade, eficiência e eficácia dos resultados obtidos.

Pesquisas domiciliares como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem captar diversos aspectos da sociedade brasileira, como a distribuição de renda, a educação e o trabalho. No entanto, não fornecem uma noção direta das diferenças tupiniquins ante outros países, nem cobrem aspectos subjetivos da vida das pessoas. Caso se deseje conhecer as aspirações brasileiras, *vis-à-vis* as de outras nações, é necessário enxergar através de lentes internacionais a perspectiva das próprias pessoas, tal como na literatura emergente de economia da felicidade. Estas abordagens ainda não fazem parte da honorável tradição de pesquisas domiciliares brasileiras.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) consiste na articulação e na coordenação de técnicos de planejamento e pesquisa,

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

especialistas em diversas áreas do conhecimento distribuídos pelas diretorias do instituto, com a finalidade de elaborar questionamentos e trabalhos de campo que possam indicar como as pessoas percebem as políticas públicas implementadas ou mesmo a falta delas. Esta abordagem visa complementar as informações produzidas pelo Ipea e as disponíveis em outras instituições, almejando o aperfeiçoamento dos estudos e proposições de políticas do instituto. O sistema serve a outros órgãos de Estado para subsidiar diretamente decisões sobre a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Além disso, informa a sociedade, permitindo uma avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas implementadas, propiciando a construção de argumentos mais consistentes para efetuar suas demandas.

O SIPS se dispõe a fornecer uma série de dados e análises sobre diversos temas relacionados aos serviços públicos oferecidos à população pelo Estado brasileiro, focados na percepção das pessoas que, em última instância, são aquelas que sofrem os impactos e efeitos das políticas implementadas.

Uma inovação recente do SIPS, presente neste livro, foi incorporar nas pesquisas de campo do Ipea perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto dessas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais.

Se inicialmente os esforços para a realização das pesquisas ficaram concentrados quase que exclusivamente sob a responsabilidade dos técnicos do Ipea, nesta segunda edição esses esforços e responsabilidades foram compartilhados, em alguns temas, com gestores e técnicos dos ministérios responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas.

A aderência dos ministérios e da própria Presidência da República, por meio de algumas das suas secretarias, demonstra a crescente confiança nos dados gerados pelo SIPS e a já reconhecida qualidade das análises produzidas pelos técnicos do Ipea.

As ações analisadas cobrem áreas diversas como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais como valores e democracia, comunicação,

economia da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e as prioridades de políticas públicas da população.

Os resultados apresentados nos doze capítulos temáticos desta publicação fornecem um novo ângulo de análise do debate sobre políticas públicas e desenvolvimento, complementar às pesquisas de cunho mais objetivo. Além disso, estes apontam para novas linhas de pesquisas a serem desenvolvidas pelo instituto e parceiros. Os principais resultados foram sumarizados a seguir.

RESULTADOS

O mercado de trabalho brasileiro passa por importantes transformações em termos de diminuição da taxa de desemprego, que se encontra em seu menor patamar histórico, e de crescente formalização da mão de obra. Paralelamente a este processo de transformação há um movimento de intensificação e aumento de exigências no ambiente de trabalho que muitas vezes não é claramente percebido. A intensidade do trabalho bem como as principais exigências e cobranças em seu ambiente são o foco do capítulo 1. Os resultados indicam que, se por um lado, os trabalhadores subordinados formais possuem maiores índices de escolaridade e afirmam escolher sua atividade por interesse profissional, por outro, são os que mais apresentam críticas em nível de exigências no ambiente de trabalho. De acordo com a percepção dos trabalhadores, a intensidade do trabalho tem-se manifestado, sobretudo, pelo aumento das exigências e pela pressão por resultados. Em relação às capacidades exigidas, a “alta exigência” é a principal resposta, seja na capacidade de realizar tarefas com grande velocidade, na média geral 47,2%, e entre os formais 49,8%, seja na de se comunicar bem, escrita e oralmente, na média geral 58,8%, e entre os formais 62,6%. Os resultados indicam ainda que o entendimento sobre o papel dos novos equipamentos de comunicação e informática é positivo (32%), no entanto mais da metade dos entrevistados afirma não utilizar estes equipamentos em seu ambiente de trabalho, em maior grau os autônomos (64,1%) e informais (59%), o que indica a existência de baixa produtividade nesses dois grupos.

Ainda no mundo do trabalho, o processo de aumento de intensidade e seus impactos são analisados sob a ótica da relação do tempo de trabalho e do tempo livre, sob a percepção dos trabalhadores, e suas influências no

cotidiano, no capítulo 2. Há claras evidências de que houve uma diminuição das situações de excesso de duração da jornada de trabalho no país (número de horas trabalhadas acima de 44 semanais). Todavia, uma menor jornada de trabalho não implica necessariamente uma influência menor do tempo de trabalho na vida diária da população. Os resultados apresentados indicam que a visão geral dos trabalhadores é de que o tempo de trabalho remunerado afeta de modo crescente e negativo o tempo livre disponível.

A tendência de diminuição das fronteiras entre trabalho e tempo livre é constatada por 45,4% dos entrevistados que afirmam não se desligar totalmente do trabalho ao término da jornada diária; por 37,7% que afirmam sentir que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho; e por 39,5% que acham que o tempo dedicado ao trabalho compromete sua qualidade de vida. Isso ocorre por conta da necessidade de permanecer de prontidão ou sobreaviso, da realização de teletrabalho (por computador, telefone celular ou outro meio) ou da preparação para o trabalho do dia seguinte. Outro aspecto a analisar é que, apesar da percepção comum de que o tempo dedicado ao trabalho afeta significativamente a qualidade de vida, somente um quinto dos entrevistados do SIPS afirma realmente pensar em trocar de ocupação por conta disso. Ao que parece, mesmo com a melhora verificada no mercado, trocar de ocupação ainda parece ser algo desorganizador e impactante para o cotidiano da população, mesmo quando a ocupação atual, com seu tempo de trabalho excessivo, prejudica boa parte do seu dia a dia.

Igualmente estrutural e com algumas interfaces com o mundo do trabalho, o capítulo 3 é dedicado às percepções sobre a educação pública no país. De uma maneira geral, estas percepções apontam para uma demanda evidente por melhorias. Embora a avaliação regular predomine (44,1%), há mais brasileiros que consideram a educação péssima ou ruim (35,2%) do que boa ou ótima (20,7%). No mesmo sentido, a maioria não acredita que a educação pública no Brasil melhorou nos últimos cinco anos, sendo que para 39,9% ela continua igual e para 31,1%, piorou. Os grupos de maior renda e escolaridade possuem avaliações mais pessimistas que os de baixa renda, o que pode significar, por um lado, que há um nível maior de exigências e anseios em relação à política de educação no primeiro grupo e, por outro, que a política de educação está dirigindo mais atenção ao segundo. Assim como nas percepções de superação

da pobreza, tratadas no capítulo 4, os principais problemas e ações prioritárias do governo percebidos na área de educação estão ligados ao mundo do trabalho.

Os principais problemas percebidos no capítulo 3 se referem à questão salarial (52,7%), seguida da desmotivação de docentes (30,9%) e pouco interesse dos alunos (30,6%). Há uma percepção geral em relação à necessidade de se valorizar mais os professores para melhorar a educação no país: 58,6% apontam o aumento dos salários dos professores e 43,2% a maior capacitação como as principais ações que o governo deveria realizar para melhorar a qualidade da educação. Outro ponto importante diz respeito ao financiamento da educação. Há clara percepção de que são necessários mais investimentos por parte do governo na educação pública. As principais fontes de recursos indicadas são a riqueza produzida pelo petróleo do pré-sal (47,3%), mais impostos sobre os mais ricos (32,7%) e pagamentos de juros da dívida pública (31,2%), indicando uma demanda por maior progressividade no financiamento da educação pública.

Ainda na área social, o capítulo 4 revela as percepções sobre o fenômeno da pobreza, sua evolução, causas e possíveis formas de saída, tema cada vez mais presente e prioritário na agenda de políticas públicas do país. A percepção dominante é de que a pobreza no país diminuiu nos últimos cinco anos, totalizando 41,4% das respostas sobre sua evolução. Este percentual foi mais elevado nas regiões Nordeste (48,5%), Norte (46,5%) e Centro-Oeste (43,8%). As questões relativas ao trabalho predominaram nas percepções sobre as causas e soluções para o problema da pobreza. O desemprego é identificado como a causa principal da pobreza por 29,4% dos entrevistados; em contrapartida, a criação de emprego foi identificada como a principal solução para a pobreza segundo 31,4% da amostra. Aspectos educacionais também são ressaltados: 18,4% apontam a falta de qualidade e dificuldade de acesso como principal causa da pobreza e 23,3% destacam a educação de qualidade como forma de superá-la. Importa notar que há notável diferença entre ricos e pobres nesta discussão, em que os primeiros priorizam os aspectos educacionais como causa e solução da pobreza e os mais pobres percebem as questões do trabalho como mais importantes. Os resultados indicam a percepção do caráter estrutural do fenômeno da pobreza, rejeitando seu entendimento como um problema de escolhas e comportamentos individuais, o que remete ao papel essencial do Estado/esfera pública no enfrentamento da pobreza.

O mundo do trabalho, o sistema educacional público e a pobreza de uma forma geral são cada vez mais impactados pelos desafios da mobilidade urbana, tema do capítulo 5. Qualidade dos serviços de transporte público, tempo despendido em deslocamentos, poluição do ar e acidentes, entre outros, impactam cada vez mais a vida cotidiana dos brasileiros, principalmente nas grandes cidades. O tema da mobilidade urbana já havia sido abordado pelo SIPS em 2010, e a pesquisa de 2011 apresentou avanços em relação à de 2010, com mais entrevistas, questões, mais municípios e métodos adotados para tentar lidar com os problemas da edição anterior, além de adotar uma amostragem probabilística em lugar da por cotas. Foram utilizados como recorte três grandes grupos de aglomerados: cidades menores que 20 mil habitantes, cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes e cidades acima de 100 mil habitantes. Os resultados da pesquisa mostram o uso majoritário do transporte público (TP) no deslocamento dos entrevistados, seja como modo principal, secundário ou ainda como modo anterior de deslocamento (quando perguntados se usavam algum outro meio de transporte antes do informado na pergunta anterior), com indicação de 65,9%, 56,8% e 64,8% dos entrevistados, respectivamente, grande parte concentrada na população de faixa de renda mais baixa (até um salário mínimo *per capita*).

Ainda que o TP tenha sido avaliado de forma ligeiramente mais positiva que negativa nas cidades de porte pequeno e médio, de uma forma geral e principalmente nas maiores cidades, sua avaliação foi negativa. Enquanto 39% dos entrevistados o avaliaram positivamente nas cidades pequenas, nas cidades de maior porte o valor foi de 30%, sendo que 41% o indicaram como ruim ou muito ruim. Este comportamento se repete para todos os demais quesitos de avaliação do TP, como a disponibilidade de informação à população sobre o TP, a capacidade de atendimento da população pelos serviços de transporte urbano e a capacidade de o TP permitir o deslocamento com facilidade por toda a cidade. O TP foi o único meio de transporte que recebeu nota média de seus usuários abaixo de cinco e deveria ser o mais priorizado ante a legislação vigente, já que, entre todos os meios, é o que está mais vinculado à tutela do Estado, cabendo aos governos a definição de suas diretrizes e sua operação, mesmo que de forma indireta. Os resultados apresentados pela pesquisa, que foi a campo em agosto de 2011, já indicavam uma tendência de insatisfação que culminou nas manifestações populares de 2013.

A segurança pública, um dos principais problemas do Brasil segundo diversas pesquisas de percepção social, inclusive a *Meu mundo* (*My world*), utilizada no capítulo 11, é o tema abordado pelo capítulo 6, especificamente a predisposição da população para chamar a polícia, a partir de dados sobre a confiabilidade no desempenho das instituições policiais. Nele, foram apresentados os motivos alegados pelas pessoas para procurarem ou não a polícia. Dos 3.799 entrevistados, 713, ou seja, quase 20%, recordaram-se de ter sido vítimas de crime nos últimos dez anos; destes, 511 afirmaram ter procurado a polícia e 202 afirmaram o contrário. Entre os entrevistados que procuraram a polícia, 56,9% apresentaram uma motivação relacionada a uma predisposição positiva para tal: acreditavam que a polícia seria capaz de resolver o problema (45%) ou que se tratava de um dever informar à polícia sobre o ocorrido (11,9%). No entanto, 40,7% dos entrevistados alegaram ter chamado a polícia por uma motivação circunstancial, como a necessidade do boletim de ocorrência (30,3%), ou pelo fato de o ocorrido ter sido grave demais (10,4%). Entre aqueles que não procuraram a polícia, 45,6% não o fizeram devido a uma desconfiança direta em relação a ela: disseram não acreditar que a polícia poderia resolver o problema (41,6%) ou que tinham medo dos policiais (4%). De acordo com o resultado extraído do coeficiente da regressão logística utilizada para testar a hipótese de que tais predisposições estão relacionadas a uma imagem construída sobre as organizações policiais, obteve-se a evidência de que, enquanto uma percepção social positiva sobre a polícia parece não influenciar a tendência de acioná-la (não significativa estatisticamente na regressão), uma visão negativa gera uma predisposição para evitar chamá-la (o entrevistado com um alto índice de confiança na polícia apresenta uma razão de chances 60% menor de não acioná-la quando da ocorrência de um crime).

Passando da segurança dos indivíduos para a defesa do país, o capítulo 7 analisa os padrões de percepção dos brasileiros sobre a defesa nacional do país. No que toca à avaliação das Forças Armadas, trabalho, confiança e importância tiveram avaliações positivas: quase 70% avaliaram o trabalho como bom ou muito bom, 67% afirmaram ter muita ou confiança razoável nas Forças Armadas e 83% acreditavam na importância da instituição tanto na guerra como na paz. Em relação à percepção de ameaças, há evidência de que a população crê em uma possível agressão futura em função de interesses

na Amazônia e no pré-sal. A população, ainda que avalie positivamente os equipamentos militares no país (mais de 50% das pessoas os avaliaram como bons ou muito bons), também apoia o aumento de gastos para a aquisição de mais equipamentos militares (72% acreditam que se deve aumentar esses equipamentos). A maioria ainda acha que o combate à criminalidade é função das Forças Armadas (58% responderam afirmativamente) e que o crime organizado é uma ameaça para o país (54%), ao contrário de guerras, desastres ambientais, terrorismo e epidemias, itens que a maioria afirmou não perceber como uma ameaça.

Nesse capítulo, foi realizada uma análise de componentes principais (fatorial) a partir dos dados da pesquisa sobre o tema da defesa nacional, que permitiu identificar as perspectivas ou elementos mais proeminentes da percepção acerca desse tema. Os resultados da análise feita mostraram que algumas questões sobre as Forças Armadas e a defesa nacional contribuem para a formação de padrões ou dimensões de entendimento que se distinguem nitidamente entre si. Contudo, isso não ocorre com todas as variáveis levantadas na pesquisa. A análise de componentes principais gerou quatro elementos ou fatores que resumem os dados originalmente descritos em 22 variáveis. Para cada fator atribuiu-se um rótulo que sintetiza o tipo específico da percepção a que se refere, quais sejam, *consciência acerca das funções das Forças Armadas enquanto fonte de soluções, confiança nas Forças Armadas enquanto instituição abstrata, carência de recursos para a defesa nacional e riquezas naturais e cobiça internacional*. Para todos esses fatores verificou-se um padrão consistente de apontamentos, denotando a existência de percepções razoavelmente consolidadas sobre determinadas dimensões da defesa nacional que ensejam a atenção por parte dos formuladores de políticas públicas no sentido de aprimorar seu desenvolvimento e efetividade.

O capítulo 8, que abre a Parte 2 da publicação, dedicada a uma abordagem mais transversal entre as políticas, trata da democracia, valores e estrutura social no Brasil, focando a análise em dois principais elementos das percepções da população: a capacidade de influência sobre o governo e a adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões. Em geral, a maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo (de 0 a 10, nota média de 4,42), sendo o voto a principal arma de que dispõe para tanto. No entanto, os dados analisados mostram que a crença na capacidade de influenciar o governo aumenta com a escolaridade

e com a renda. Além dessas variáveis, os jovens se percebem como mais capazes de influenciar as decisões governamentais, assim como os negros em comparação aos brancos, resultado que vai contra a intuição tradicional já que os brancos em geral têm maior escolaridade e renda. Em relação à região, os habitantes do Centro-Oeste, do Norte e do Sul são menos propensos a se perceberem influentes sobre o governo quando comparados aos das regiões Sudeste e Nordeste, que diferem pouco entre si. Quanto à adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões, temos que o voto é percebido como a forma mais importante de influência política em comparação com a influência direta e o protesto, essa última forma tida como a menos importante (56% contra 39% e 6%, respectivamente). Escolaridade, idade e renda não se mostraram relevantes para alterar essa ordem de importância, tirando o fato de que entre os mais escolarizados a importância da influência direta supera a do voto. Em termos regionais, a região Norte revela alta adesão a mecanismos diretos de influência como via preferencial de atuação e a menor adesão ao voto entre as regiões.

Outras questões endereçadas aos entrevistados dizem respeito à maneira como os cidadãos brasileiros se relacionam com pretensões de maior igualdade. Os resultados indicam que a luta por mais direitos de grupos como os de homossexuais, índios, negros e membros de religiões de candomblé e umbanda era vista como “muito positiva” ou “positiva”, para grande parte dos entrevistados (47%), enquanto quase um quarto dos entrevistados (24%) respondeu ser “muito negativa” ou “negativa” e um terço se disse “neutro” em relação à questão. Neste quesito, a renda e a raça não constituíam variáveis que influenciam os resultados, enquanto ter maior escolaridade e ser mais jovem têm associação positiva com os resultados favoráveis à luta destes grupos. No mesmo sentido, a maioria defende incondicionalmente o direito ao protesto contra os governos (57%), enquanto uma fração relevante postula por condicionantes a esse direito (37%) e 6% se opõem a qualquer forma de protesto.

Se o capítulo 8 trata de democracia, valores e estrutura social, o capítulo 9 aborda como se dá o acesso à informação no país, a confiabilidade dos meios de comunicação e outras questões por meio das percepções sociais em relação à mídia e comunicação no Brasil. Os resultados indicam um evidente predomínio da TV como o principal meio de acesso a informações (74%), a mídia mais confiável (66,2%) e a principal formadora de opinião (46,6%),

estando presente em 94,5% dos domicílios dos entrevistados. Apesar da massiva utilização da TV, foi apontada a necessidade de controle de seu conteúdo – para 83,9% dos entrevistados deve haver regras, e destes, 46,7% avaliam que estas devem ser feitas por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação. Mesmo com notável prevalência da TV como principal meio de comunicação no país, a pesquisa revela que a internet já é a segunda maior fonte de acesso à informação (11%), quase igual à soma de jornais e revistas (12,4%), mesmo que 59,5% dos entrevistados declarem não possuir acesso à internet. Este uso crescente da internet como fonte de informação não é acompanhado de forma proporcional à confiança nesta, pois neste quesito o jornal é considerado por 12% dos entrevistados como o meio de comunicação mais confiável e a internet é lembrada por apenas 8,1%. Embora consideradas confiáveis, as mídias impressas estão perdendo espaço como fonte de informação, dado que 64,1% responderam que não leram revistas ou jornais impressos na semana anterior à pesquisa.

Os últimos capítulos da publicação não tratam unicamente dos resultados do SIPS, mas apresentam dados de percepção social dos brasileiros, comparados internacionalmente e relacionados à literatura de economia da felicidade e de desenvolvimento humano.

O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, e demonstra, a partir da avaliação dos dados de uma amostra de mais de 132 países, que correlacionando os dados de satisfação de vida com os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) obtém-se que a renda explica cerca de 66% da variação da satisfação contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos dois componentes de educação. Observa-se que nenhum país entre os 132 pesquisados apresenta menor correlação entre renda e felicidade que o Brasil. Isto é exemplificado, nos dados nacionais do Ipea, pelo fato de a região Nordeste brasileira, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente. Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para um nível de renda familiar de até um salário mínimo, sugerindo um potencial de políticas voltadas aos mais pobres. A relação controlada entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família (PBF) e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo indica que os beneficiários do PBF ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado, tomado a valor

de face, implicaria que políticas redistributivas aos mais pobres poderiam levar a maior felicidade agregada da nação.

Como a relação entre renda e bem-estar, medida pela felicidade, não é direta, novas perspectivas são demandadas. O capítulo 11 contribui com a discussão por meio do desenvolvimento de um indicador subjetivo sintético que objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população que foram tratados na parte inicial do livro. A princípio, forneceu-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial através do questionário da pesquisa *Meu mundo (My world)*, da Organização das Nações Unidas (ONU). Primeiramente, as prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. Saúde aparece em 85,5% dos questionários, enquanto educação, em 81,8% deles. Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam: saúde, educação e renda. O objetivo maior do trabalho é construir um arcabouço na linha da criação de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P), usando os componentes do IDH em sua versão subjetiva. O estudo mostra que as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, saúde e trabalho são relativamente aderentes com os seus homólogos objetivos. De maneira geral, o IDH-P aqui proposto fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Investigaram-se os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P e os resultados mostram um peso atribuído à percepção interna de renda de 64% e externa de 17,6%; percepção interna de saúde de 8,9% e externa de 9,1%; e peso nulo para a percepção externa de educação. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada um deles não é distante em ordem de grandeza dos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida em relação aos indicadores objetivos do IDH, exercício feito no capítulo anterior, mas sim diferente da métrica de igualdade de pesos que é usada no cálculo do IDH padrão.

O capítulo 12, último do livro, continua explorando a área da economia de felicidade, abordando a percepção de felicidade do brasileiro em relação ao tempo e à coletividade do país, com o olhar voltado para a agenda de políticas públicas pgressas e prospectivas. No primeiro ponto, o Brasil é

pentacampeão mundial invicto de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. Estes dados subjetivos permitem entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, criada há 70 anos. Também permitem entender porque o país possui uma baixa taxa de poupança e uma alta taxa de juros. O outro aspecto aqui abordado se refere a uma relativamente baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este segundo elemento seria consistente com maior importância no contexto nacional de problemas associados a ações coletivas, problemas que tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. Exemplos como alta inflação e alta desigualdade, que situavam o Brasil no topo dos respectivos *rankings* mundiais, foram objeto dos principais avanços da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

O complexo mosaico de dados e de análises apresentado nesta publicação permite uma leitura abrangente da percepção dos brasileiros sobre suas vidas e os impactos emanados pelas políticas públicas, além de permitir comparações internacionais. Os resultados permitem algumas leituras transversais que indicam uma tendência de insatisfação com alguns serviços públicos como educação, transporte urbano e segurança, temas que dominaram a pauta das manifestações populares de junho de 2013. Os resultados também indicaram que o caminho para a solução de alguns desafios presentes na pauta das manifestações depende de maior e não menor atuação do Estado e que as fontes de financiamento destas ações estão relacionadas a uma estrutura tributária mais progressiva. Além disso, as percepções indicam que passa pelo mundo do trabalho as condições de bem-estar da população e as soluções para problemas como a superação da condição de pobreza e mesmo a baixa qualidade da educação, em que o papel do professor ocupa as maiores possibilidades de transformação na visão das pessoas. Algumas tendências percebidas no cotidiano foram confirmadas pelos resultados apresentados, como no caso da crescente utilização de novas tecnologias, seja no trabalho, seja como fonte de informação, mas também foi demonstrada a desigualdade ainda existente no acesso, pois apesar da crescente importância de tecnologias como a internet, estas ainda

não são acessíveis à maioria da população. Outros resultados colocam em xeque percepções comuns sobre os brasileiros, principalmente em relação a um suposto conservadorismo, sendo que a maioria dos entrevistados considera positivamente a luta por direitos de grupos vulneráveis e tradicionalmente excluídos, como homossexuais, índios e negros, e o direito de livre manifestação.

Assim, os resultados apresentados demonstraram grande potencial de geração de informação e de análises e abrem diversas linhas de trabalho e de parcerias, indicando que o SIPS está se consolidando na agenda de pesquisa do Ipea e que o instituto ocupa papel de destaque no Estado brasileiro na aferição das percepções da população acerca das políticas públicas.